



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

AMANDA GONÇALVES DA SILVA

**A INFÂNCIA NAS OBRAS “CAPITÃES DA AREIA” DE JORGE AMADO E
“VIDAS SECAS” DE GRACILIANO RAMOS**

Mariana, Minas Gerais
2025

AMANDA GONÇALVES DA SILVA

**A INFÂNCIA NAS OBRAS “CAPITÃES DA AREIA” DE JORGE AMADO E
“VIDAS SECAS” DE GRACILIANO RAMOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social pela Universidade Federal de Ouro
Preto.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Nogueira Alves

Mariana, Minas Gerais
2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586i Silva, Amanda Gonçalves da.
A infância nas obras “Capitães da areia” de Jorge Amado e “Vidas secas” de Graciliano Ramos. [manuscrito] / Amanda Gonçalves da Silva. - 2025.
50 f.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Nogueira Alves.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Amado, Jorge, 1912-2001. 2. Ramos, Graciliano, 1892-1953. Vidas secas. 3. Infância. 4. Literatura brasileira. I. Alves, Leonardo Nogueira. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 821.134.3(81)-31

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Amanda Gonçalves da Silva

A infância nas obras “Capitães da areia” de Jorge Amado e “Vidas secas” de Graciliano Ramos

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 26 de fevereiro de 2025

Membros da banca

Dr. Leonardo Nogueira Alves - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Adriana de Andrade Mesquita (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Raquel Mota Mascarenhas (Universidade Federal de Ouro Preto)

Leonardo Nogueira Alves, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 21/03/2025



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Nogueira Alves, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/03/2025, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0879800** e o código CRC **B2C67CCD**.

AGRADECIMENTO

Sempre gostei da ideia de que “ninguém que passa em nossa vida passa sozinha, pois deixa um pouquinho de si e leva um pouquinho de nós”. Esse agradecimento é sobre as pessoas que me ensinaram outras formas de amar, para além das que já conhecia. Apesar de muitas desventuras, tive sorte, muita sorte em encontrá-las. A responsabilidade de cativar e deixar ser cativado é uma das coisas mais bonitas sobre viver, e talvez alguns encontros não sejam totalmente dados ao acaso.

*A infância é um chão que
pisamos a vida inteira.*

Lia Luft

RESUMO

Esta monografia é resultado de uma investigação sobre a formação da literatura no Brasil e a representação da infância nas obras “Capitães da Areia” de Jorge Amado e “Vidas Secas” de Graciliano Ramos. O objetivo desta pesquisa consiste em analisar a maneira como a infância é retratada a partir destes livros. A literatura se apresenta aqui como uma importante possibilidade de reflexão, a partir da arte, sobre os aspectos sociais que influenciam a formação da identidade nacional desta fase do desenvolvimento humano. A partir da pesquisa bibliográfica, é possível perceber como a ideia de infância é moldada pelas construções sociais e luta pela ampliação de direitos, refletindo as modificações políticas e culturais no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: Infância; Literatura brasileira; Graciliano Ramos; Jorge Amado

ABSTRACT

This monograph investigate the development of literature in Brazil and the portrayal of childhood in “Capitães da Areia” by Jorge Amado and “ Vidas Secas” by Graciliano Ramos. The study aims to examine how childhood is depicted in these works, highlighting. literature as a powerful means of artistic and social reflection. Through a bibliographic review, the research investigates how the concept of childhood is shaped by social constructs and the struggle for expanded rights, mirroring the political and cultural shifts in Brazil during the early decades of the 20th century.

Keywords: childhood, Brazilian literature, Graciliano Ramos, Jorge Amado,

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 ANÁLISE ACERCA DA LITERATURA	11
1.1 Graciliano Ramos: Vida e obra	23
1.2 Jorge Amado: Vida e obra	29
2 A INFÂNCIA NO BRASIL	34
2.1 Crianças e/ou adolescentes como sujeitos de direitos	35
2.2 A infância em “Capitães da Areia” de Jorge Amado	41
2.3 A infância em “Vidas Secas” de Graciliano Ramos	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

O José Mauro de Vasconcelos (1920-1984) afirmava que “a literatura é a arte mais difícil, porque a palavra tem que dar ao todo as cores e as nuances da pintura, o som e a harmonia da música, o movimento”¹ (2019, n.p). Ele complementava essa ideia ao afirmar que escrever era sua maneira de transmitir um sentimento frequentemente esquecido: a ternura, e que sem ela a vida não teria sentido. Esse sentimento, além de estar presente em suas obras, também se manifesta em outras narrativas literárias.

O contato com seus livros e a recorrente abordagem sobre a infância em sua escrita despertaram o interesse, ao longo da graduação, por outros escritores brasileiros, como Jorge Amado (1912-2001) e Graciliano Ramos (1892-1953). Ambos contribuíram significativamente para a literatura brasileira, oferecendo uma perspectiva sobre a vida social através de seus romances que evidenciaram muitas das contradições postas no período em que suas obras foram publicadas.

“Capitães da Areia” (1937) e “Vidas Secas” (1938), dos autores citados, foram leituras que tocaram em sentimentos muito particulares. E são esses sentimentos que abraçam a memória de uma meninice também marcada pela falta e a espera de algo que nunca chega. Esses livros também resgataram um percurso já traçado na disciplina “Política Social Setorial III: Crianças e Adolescentes - Judicial”, onde se analisou a construção da ideia de infância no Brasil e suas implicações sociais, além de retomar elementos da experiência do estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

O crítico literário brasileiro Antonio Candido (1918-2017), descreve a relação da literatura com os direitos sociais ao afirmar que:

Primeiro, verifiquei que a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar nossa humanidade. Em segundo lugar, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a

¹ Citação localizada na orelha do livro “Meu pé de Laranja Lima” do José Mauro de Vasconcelos, publicado pela editora Melhoramentos em 2019.

miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos (Candido, 2023, p. 202).

Sendo assim, é possível entender a literatura como um instrumento de reflexão, a partir da arte, sobre aspectos da realidade histórica e social. Através dessa perspectiva, a literatura é, para além de apenas um instrumento de intervenção pedagógico no fazer profissional das/dos Assistentes Sociais, um instrumento consciente que pode ser utilizado para a compreensão das expressões da “Questão Social”².

O presente trabalho possui como tema a representação da infância nas obras “Capitães da Areia” e “Vidas Secas”. O problema de pesquisa se desenvolve a partir da seguinte questão: Como a infância é apresentada nas obras “Capitães da Areia” de Jorge Amado e “Vidas Secas” de Graciliano Ramos? As dúvidas que cercam a construção dos capítulos são: como a literatura pode ser apreendida como uma maneira da realidade social? E como se apresenta a relação entre as particularidades da infância da sociedade e da representação das crianças no contexto das obras literárias em análise? Portanto, os objetivos denotam: I) a apreensão sobre o conceito de literatura no Brasil e de que maneira as produções literárias brasileiras evidenciam a compreensão da infância; II) a investigação como se apresenta a relação entre as particularidades dessa fase do desenvolvimento humano na sociedade brasileira e da representação das crianças no contexto das obras.

A justificativa pela escolha do tema se dá a princípio instigada por razões pessoais, as quais carregam consigo forte afeição pela literatura e pela relevância de tecer análises acerca da construção do sentimento de infância. Esse sentimento de infância atravessa em diversos segmentos o trabalho das/dos Assistentes Sociais no cotidiano profissional, seja em suas orientações, atendimentos ou intervenções. Além disso, compreender a construção das noções sobre infância por meio da literatura permite ao Assistente Social aprofundar sua percepção sobre as representações sociais da criança e os impactos dessas concepções nas políticas públicas.

² Segundo Yamamoto, a “Questão Social” se manifesta na vida cotidiana como a expressão do conflito entre proletariado e burguesia, demandando formas de intervenção que vão além da caridade e da repressão. Ela reflete o processo de formação e crescimento da classe operária, bem como sua entrada no cenário político.

A articulação entre a arte e o Serviço Social se mostra essencial, pois a literatura pode ser um instrumento de sensibilização e reflexão crítica, contribuindo para abordagens mais analíticas no atendimento a crianças e famílias em situação de desproteção social. Dessa forma, este trabalho fortalece a formação profissional ao promover a análise interdisciplinar que amplia a compreensão sobre a infância e os desafios da atuação do Assistente Social nesse campo.

O trabalho apresentado adotou como metodologia uma pesquisa de caráter bibliográfico³. Para responder a investigação de pesquisa acerca do tema, esse trabalho se divide em dois capítulos. O primeiro dedicado à compreensão da literatura brasileira, por meio da revisão da teoria literária, busca-se compreender inicialmente a formação da literatura no Brasil a partir das contribuições, principalmente de Antonio Candido e Alfredo Bosi (1936-2021) e resgata elementos biográficos e bibliográficos de Graciliano Ramos e Jorge Amado.

O segundo capítulo tem como norte central a constituição do sentimento social de infância no Brasil, apesar das produções literárias analisadas corresponderem a décadas anteriores ao marco da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Esse movimento se faz necessário para a compreensão de que as experiências vividas pelos personagens estão distantes do atual modelo de proteção social do Estado. Além disso, os tópicos 2.2 e 2.3 pretendem resgatar especificamente a infância em cada um dos livros escolhidos para fundamentar essa investigação.

³ A pesquisa bibliográfica tem na leitura uma de suas principais ferramentas, pois é por meio desse recurso que se torna possível identificar e extrair elementos relevantes para a realização da pesquisa.

1 ANÁLISE ACERCA DA LITERATURA

Toda obra literária é antes de mais nada uma espécie de objeto construído; e é grande o poder humanizador desta construção, enquanto construção.

Antonio Candido

A literatura é capaz de refletir na realidade quando ela oferece condições para criar conexões entre a aparência e a essência do que é apresentado e tornando-se compreensível para o leitor. Ela é uma forma particular de trabalho que se transforma a partir do contato de homens e mulheres com o mundo e do seu entendimento e crítica da vida social. A literatura, portanto, não apenas reflete a realidade, mas também participa de sua transformação, à medida que contribui para a consciência crítica dos leitores.

A arte é necessária porque nos faz entrar em contato com a totalidade da vida, tanto na sua aparência (os fenômenos imediatos da vida cotidiana), quanto a sua essência (as forças motrizes da história que atuam na profundidade da vida social). Se na vida cotidiana nem sempre podemos reconhecer o sentido dos fenômenos que vivemos, na literatura podemos perceber como tais fenômenos estão efetivamente conectados a contradições sociais e históricas. Para tanto, a literatura precisa criar um mundo próprio, afastando-se da realidade imediata, para assim voltar a ela ao refleti-la de forma correta, isto é, revelando a totalidade da vida, a unidade entre aparência e essência, entre o nosso dia a dia e as forças históricas contraditórias que nele atuam (Corrêa et al., 2019, p. 14).

O escritor através de suas habilidades insere no texto os elementos da vida social dentro de uma estrutura literária, que no contexto de “Capitães da Areia” e de “Vidas Secas”, se trata do romance, um gênero que permite aprofundar personagens, cenários e conflitos, criando um retrato das condições sociais de sua época. A partir dessa estrutura, se reduz as contradições sociais a ela, para somente assim ampliar e tornar aparente o que se deseja manifestar.

Dessa maneira, os elementos da realidade, externos ao texto literário, são internalizados e transformados em literatura; por isso, para que um texto alcance a vida, a realidade social mais profunda, ele não precisa necessariamente falar da realidade diretamente, mas sim, conseguir transformá-la em uma estrutura literária que transmita ao leitor, de forma viva, a experiência de contradições e dilemas históricos profundos. Portanto, o que garante a ligação entre a literatura e a vida social é o caráter realista da criação literária (CORRÊA et al., 2019, p. 23).

A literatura carrega um papel contraditório, porque ela pode ao mesmo tempo refletir e questionar a realidade. Porém, essa contradição não é negativa, pois

contribui para sua função humanizadora, ou seja, para a ampliação da compreensão humana. Esse caráter humanizador, devido a sua complexidade, pode ser distinguido em três faces: ela é uma forma de expressão; é uma construção de objetos autônomos, como estrutura e significado e também é uma forma de conhecimento. A literatura como expressão permite ao autor comunicar suas emoções e visões de mundo. Como construção de objetos autônomos, ela cria mundos e linguagens próprias, com significados que vão além do literal. E, como forma de conhecimento, ela oferece ao leitor uma nova perspectiva sobre a experiência humana, ampliando sua compreensão do mundo e das relações sociais.

[...] a literatura aparece claramente como uma manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as 24 horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado. O sonho assegura durante o sono a presença indispensável deste universo, independentemente da nossa vontade. E durante a vigília a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito, como anedota, caso, história em quadrinhos, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. Ela se manifesta desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus até a atenção fixada na novela da televisão ou na leitura seguida de um romance (Candido, 2023, p.189).

Os personagens dos romances escolhidos para tecer essa análise possuem a suas vidas conectadas ao desenvolvimento histórico, político e social da época em que foram escritas e publicadas. Isso permite que a literatura funcione tanto como um reflexo quanto como um meio de acesso a esse período específico. No Brasil, essa conexão entre literatura e realidade se fortaleceu à medida que os autores, independentemente de sua sofisticação estilística, precisaram lidar com a figura do personagem popular, que se tornou um elemento essencial da produção literária nacional. Dessa forma, a literatura não se restringe a um público seletivo mas amplia seu alcance ao incorporar em suas narrativas as contradições e complexidades sociais do país (CORRÊA et al., 2019, p.34).

“Para entender o caráter específico e imprescindível da literatura como reflexo artístico da realidade, é importante compreender qual é a realidade a ser refletida pela arte” (CORRÊA et al., 2019, p. 19). Dado o exposto, o primeiro capítulo pretende analisar as nuances que fomentam a literatura brasileira, dando ênfase

para o contexto histórico dos escritos Graciliano Ramos e Jorge Amado e suas respectivas bibliografias.

1.1 A FORMAÇÃO DA LITERATURA NO BRASIL

O processo de formação da literatura no Brasil se constituiu lentamente ao passo que se formava o idioma que hoje compartilhamos na maior parte do país, o português⁴. Desde a invasão portuguesa e a imposição colonizadora, houveram a inserção de línguas e literaturas do Ocidente da Europa. Segundo Antonio Candido, “[...] a literatura não nasceu aqui: veio pronta de fora para transformar-se à medida que se formava uma sociedade nova” (2023, p. 12).

A linguagem “cultura” vinda de outros países foi utilizada para descrever o Novo Mundo como “selvagem” e transpor a cultura do colonizador. A literatura brasileira se formou a partir dessa metodologia violenta e que aos poucos foi traduzindo a própria realidade social e cultural do país. O seu desenvolvimento foi fundamentado na adequação da palavra “cultura” para traduzir e definir a sua particularidade:

A literatura brasileira, como as de outros países do Novo Mundo, resulta desse processo de imposição, ao longo do qual a expressão literária foi-se tornando cada vez mais ajustada a uma realidade social e cultural que aos poucos definia a sua particularidade (Candido, 2023, p. 12).

A imposição estabelecida pela Metrópole, em conluio com as classes dominantes locais, fez da literatura um instrumento para dar segmento a sua concepção de vida social, para consolidar os valores do cristianismo e do império português. Esse movimento, via de regra, descartou os costumes, idiomas e crenças dos povos originários e africanos, impondo como modelo a literatura branca europeia moderna.

Esta imposição atuou também no sentido mais forte da palavra, isto é, como instrumento colonizador, destinado a impor e manter a ordem política e social estabelecida pela Metrópole, através, inclusive, das classes dominantes locais. Com efeito, além da sua função de criar formas expressivas, a literatura serviu para celebrar e inculcar os valores cristãos e a concepção metropolitana de vida social, consolidando não apenas a presença de Deus e do rei, mas o monopólio da língua. Com isso, desqualifica e proscreveu possíveis fermentos locais de divergência, como

⁴ A língua falada no Brasil não é uma mera fotocópia de Portugal, ela foi construída a partir da influência indígena e africana. Entretanto, cabe destacar, que no Brasil são faladas outras línguas, sendo cerca de 274 línguas indígenas (Censo, 2022).

os idiomas, crenças e costumes dos povos indígenas, e depois os dos escravos africanos. Em suma, desqualificou a possibilidade de expressão e visão de mundo dos povos subjugados (Candido, 2023, p. 13).

Para Candido (2023), formou-se gradualmente a divergência, o inconformismo e a contestação em relação à literatura branca europeia moderna. Ele descreve um duplo movimento na formação da literatura brasileira: um lado, havia a necessidade de se nutrir da nova realidade e se distanciar da literatura da Metrópole; por outro, era preciso adaptar os gêneros literários à realidade local.

Tudo isso era regido por uma espécie de imperativo: exprimir o novo sem abandonar o velho, ou seja, manifestar a singularidade do Novo Mundo sem perder contato inspirador com as matrizes do Ocidente, que eram condição de entendimento entre homens cultos.[...] Ambas as tendências exprimem o processo de uma literatura derivada, que acabou por criar o seu timbre próprio, à medida que a Colônia se transformava em Nação e esta desenvolvia cada vez mais a sua personalidade (Candido, 2023, p. 14).

Portanto, para delimitar a construção histórica da literatura brasileira, Antonio Candido a divide em três etapas: manifestações literárias, do século XVI a metade do século XVII; configuração do sistema literário, do meio do século XVIII à segunda metade do século XIX e a era do sistema literário consolidado da segunda metade do século XIX aos dias de hoje, período em que se situam as obras escolhidas para fundamentar essa pesquisa.

Para compreender o significado da literatura que foi transplantada de Portugal para o Brasil, é necessário contextualizar o cenário do século XVI. O território brasileiro era uma imensa extensão de terras pouco exploradas, com fronteiras indefinidas em relação aos domínios espanhóis. Habitado por povos indígenas, vistos pelos colonizadores como descreve Pero Vaz de Caminha, em sua famosa carta ao rei Dom Manuel I, descreveu os indígenas como “rijos, saudáveis e inocentes” (CAMINHA, 1500, p. 3). No entanto, simultaneamente, estabeleceu uma comparação com animais, referindo-se a eles como “gente bestial e de pouco saber” (CAMINHA, 1500, p. 8). O Brasil, por sua vez, era apresentado como uma terra de natureza exuberante e selvagem. Esse deslumbramento é exemplificado em documentos da época, como o de Américo Vespúcio (1504), que descrevia a região como próxima de um “paraíso terrestre”.

Os primeiros escritos produzidos nas terras brasileiras foram elaborados por magistrados, administradores, soldados, mercadores e sacerdotes, que também podem ser vistos como ladrões, assassinos e estupradores, que registravam

descrições sobre o território e necessitavam estabelecer canais de comunicação para impor os princípios cristãos. Entre esses escritores, destacam-se os jesuítas, que chegaram ao Brasil a partir de 1549.

Entre os jesuítas, destacou-se José de Anchieta (1534-1597), que produziu suas obras literárias em quatro línguas: latim, português, espanhol e tupi. Sua produção na língua indígena era particularmente relevante, uma vez que grande parte da população que habitava o litoral brasileiro no século XVI falava tupi. A partir desse contato, os jesuítas submeteram o idioma tupi à disciplina gramatical, transformando-o em uma “língua geral” e no principal meio de comunicação entre os colonizadores e os povos originários.

A obra de Anchieta e a prática extensiva da língua geral indicam que poderia ter-se desenvolvido no Brasil uma cultura paralela e um bilinguismo equivalente ao que ainda existe no Paraguai, devido também à catequese jesuítica. Essa concorrência alarmou as autoridades metropolitanas, interessadas em usar seu próprio idioma como instrumento de domínio e homogeneização cultural, a ponto de, no século XVIII, proibirem o uso da língua geral nas regiões onde ela predominava (Candido, 2023, p. 19).

A literatura “cultura” no Brasil colonial foi utilizada para instituir a língua portuguesa e reafirmá-la como o “idioma dos senhores”, desempenhando um papel fundamental na imposição da língua portuguesa como instrumento de dominação política e cultural. Com exceção de algumas etnias indígenas e da persistência da língua geral na Amazônia, os idiomas nativos e africanos foram violentamente proibidos, consolidando um processo de dominação linguística. Nesse contexto, a literatura “cultura” serviu como um mecanismo de controle e legitimação do poder da Metrópole⁵.

Nos séculos XVI e XVII, a produção literária era esporádica, com obras raramente impressas, já que o país só obteve permissão para ter tipografias após 1808. Muitos textos foram publicados em Portugal, enquanto outros circulavam de forma manuscrita ou oral, alcançando públicos restritos e sendo impressos apenas no século XIX.

Os escritores da época estavam isolados e dispersos pelos poucos núcleos de povoamento colonial. Em locais como a Bahia, homens “cultos”, especialmente clérigos e juristas, reuniam-se para discutir ideias, proferir sermões ou recitar

⁵ Mesmo diante deste processo violento de proibição do uso das línguas originárias, povos indígenas por todo Brasil resistem na manutenção de suas línguas e produções escritas de sua literatura, a exemplo de Eliane Potiguara, Daniel Munduruku, Márcia Wayna Kambeba e Ailton Krenak.

poesias. No entanto, essas manifestações ainda não configuravam uma literatura plenamente estabelecida, pois os referenciais culturais e intelectuais vinham da Metrópole, de onde importavam modelos literários.

No século XVII, surgiram duas figuras importantes na Bahia: Antônio Vieira (1608-1697) e Gregório de Matos (1636-1696). Vieira, jesuíta e político, destacou-se por seus sermões, enquanto Gregório de Matos ficou conhecido por sua poesia satírica. Ambos contrastam com a simplicidade de Anchieta e marcam o início de uma literatura mais complexa no Brasil colonial.

Em síntese, a literatura brasileira dos séculos XVI e XVII foi marcada por uma transição entre a documentação factual e a expressão simbólica, influenciada pelo Barroco⁶ e pelo contexto colonial. Esse período lançou as bases para uma identidade literária que, embora ainda dependente de modelos vindos da Metrópole, começava a explorar temas e símbolos locais.

A vida urbana recebe um grande estímulo com a descoberta das minas de ouro e diamantes, o que proporcionou condições para um desenvolvimento cultural que transformou o Rio de Janeiro e São Paulo. Na Capitania das Minas Gerais floresceram importantes manifestações na arquitetura, escultura, música e literatura. Assim, a segunda metade do século XVIII tornou-se um período de intensa produção cultural não mais concentrada em um único lugar, que por muito tempo foi a Bahia, mas começando a se manifestar simultaneamente em várias outras regiões do país.

A partir da metade do século XVIII, já é possível perceber o início de uma literatura com um “fato cultural configurado”. Esse foi um período de crescimento e amadurecimento para o Brasil, que começou a ter uma configuração geográfica mais próxima da atual, com os núcleos de povoamento colonial se espalhando por outras regiões do país. Apesar disso, a população concentrava-se majoritariamente no litoral e em áreas próximas. O processo de amadurecimento ficou evidente pelo aumento de pessoas letradas atuando no território brasileiro, como padres, cientistas, administradores, matemáticos, poetas e jornalistas, formando o primeiro grande grupo de intelectuais brasileiros comparáveis com os de Portugal.

⁶ O Barroco foi um movimento artístico e literário dos séculos XVI e XVIII, caracterizado pelo uso de contrastes, dramatização e forte influência religiosa. Na sua definição mais restrita de “retórica pela retórica”, Benedetto Croce rejeitou o barroco ao caracterizá-lo como uma “forma estética de não-espírito” (ou seja, da vontade, e não da intuição) e, por essa razão, como uma “variedade de feio”.(BOSI, 2022, p.32)

Nesse momento, sob a influência do Arcadismo⁷, surge pela primeira vez uma nova visão sobre a relação entre os colonizadores e os povos indígenas. No entanto, a produção literária ainda estava restrita às elites.

Com a vinda da Família Real ao Brasil em 1808, em fuga da invasão Napoleônica em Portugal, o país passou por inúmeras mudanças culturais. Uma das mudanças mais significativas foi a autorização para instalação de tipografias e a publicação de livros e jornais no território brasileiro. Acresce a isso a fundação de escolas técnicas e instituições de ensino superior, que abriu margem para a elaboração de documentos que ultrapassavam a temática religiosa. Essas mudanças abriram espaço para um diálogo cultural mais amplo, permitindo que o Brasil recebesse influências e contribuições que excediam os limites impostos pela Metrópole. No ano de 1822, a Independência foi proclamada e Pedro I tornou-se imperador do Brasil.

Nesses acontecimentos os intelectuais tiveram papel importante e a literatura adquiriu novas tonalidades, com a poesia patriótica, o ensaio político, o sermão nacionalista, fazendo dessa fase entre o fim do século XVIII e o advento do Romantismo, nos anos de 1830, um momento de intensa participação ideológica das letras (Candido, 1999, p. 36).

O advento do Romantismo levou a literatura brasileira a se consolidar como um reflexo das questões nacionais, buscando afirmar uma identidade própria e desvinculada dos modelos europeus “para manifestar a singularidade do país e do eu” (Candido, 2023, p. 38). A partir dos anos de 1830, o Romantismo se caracterizou pela exaltação do nacionalismo, da liberdade individual e da subjetividade. A poesia ganhou força com o culto ao heroísmo, à natureza e aos sentimentos, enquanto a prosa se voltava para a construção de uma narrativa que valorizava o Brasil, seus mitos e suas paisagens. Autores como José de Alencar, Gonçalves Dias e Álvares de Azevedo, com suas obras, não apenas contribuíram para a afirmação da identidade nacional, mas também refletiram as tensões sociais e políticas do período.

⁷ O Arcadismo foi um movimento literário do século XVIII que valorizava a simplicidade, a racionalidade e a idealização da natureza, em oposição ao exagero barroco. Segundo Bosi (2022, p. 57) as tendências estéticas do arcadismo começam a se delinear, com a busca pelo natural e pelo simples, além da adoção de esquemas rítmicos mais suaves, sendo a graça vista como uma forma particular e mais modesta de beleza.

Nos últimos anos do século XIX, o Realismo e o Naturalismo⁸ surgiram como uma reação ao idealismo romântico, compartilhando a busca por uma representação objetiva da realidade. O Realismo dedicou-se à análise crítica da sociedade, explorando questões psicológicas e sociais por meio de personagens complexos e tramas verossímeis. O Naturalismo, por sua vez, aprofundou essa abordagem, incorporando influências científicas, inspirando-se, segundo Alfredo Bosi, na filosofia positivista e no evolucionismo⁹ com as contribuições de Auguste Comte, Hippolyte Taine, Herbert Spencer, Charles Darwin e Ernst Haeckel (2022, p. 173). Esse movimento enfatizou a observação e a descrição objetiva da realidade, adotando um olhar crítico sobre a miséria, a violência e os vícios humanos.

Enquanto o Realismo privilegiava a introspecção e a análise subjetiva, o Naturalismo enfatizava a observação quase experimental, expondo os aspectos mais brutais e instintivos da existência. Assim, o Naturalismo pode ser visto como uma vertente radical do Realismo, ampliando sua crítica social com um viés mais biológico e materialista. Conforme Bosi (2022, p. 178), o Naturalismo reforça uma visão fatalista da sociedade, caracterizada pelo determinismo biológico e social.

Portanto, as correntes literárias que surgiram após essas transformações políticas e sociais evidenciam o amadurecimento do sistema literário, consolidando a literatura como uma atividade regular. Para Antonio Candido, o marco desse amadurecimento que dá início ao sistema literário consolidado é a obra de Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908).

[...] há nele um elemento fugidio, que provoca perplexidade e é uma das suas forças. Ele parece, por exemplo, contemplar com ceticismo a vida do seu tempo, e de fato assim é. No entanto, nos refulgos da frase, no subentendido das cenas, no esforço aparentemente casual da descrição, estão escondidos o interesse lúcido pela realidade social e o sentimento das suas contradições. Do mesmo modo, consegue despistar o leitor por meio de uma frieza irônica que pode significar despreço pelo homem, mas pode ser também um método de afastamento, recobrando a compreensão piedosa. Por causa dessa capacidade de fundir frieza e paixão, serenidade e revolta, elegância e violência, a sua escrita é um prodígio de elaboração, que, tendo-se despojado dos acessórios, é sempre moderna, apesar de raros traços de preciosismo. Graças à riqueza do seu texto, Machado de Assis é o primeiro narrador brasileiro que suporta uma leitura filosófica (Candido, 2023, p. 56).

⁸ De acordo com Alfredo Bosi (2022, p.178) “o realismo se tingirá de naturalismo [...] sempre que fizer personagens e enredos submeterem-se ao destino cego das ‘leis naturais’ que a ciência da época julgava ter codificado [...]”

⁹ As influências do positivismo no Brasil e suas vinculações com a primeira República foram bem estudados por J. Cruz Costa *Panorama da História da Filosofia no Brasil, S. Paulo, Cultrix, 1960*; Ivan Lins, *História do Positivismo no Brasil S. Paulo, Cia Editora Nacional, 1964*; e João Camilo de Oliveira Torres *O Positivismo no Brasil 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1957* (apud BOSI, 2022, p.173).

Entre os anos de 1880 e 1920, houve uma busca pela perfeição da correção gramatical portuguesa, resultando no retorno aos clássicos e no rebuscamento da língua, em sintonia com a modernização urbana do país, especialmente no Rio de Janeiro. Esse movimento, entretanto, criou uma barreira na literatura, afastando a língua escrita da falada e favorecendo um artificialismo que atendia aos interesses das elites, ao mesmo tempo em que transmitia à população a ilusão de acesso a um espaço restrito. Além disso, essa cultura acadêmica, amplamente respaldada pelas instituições de poder, acabou por estimular, como reação, o movimento modernista a partir de 1922 (Candido, 2023, p. 63).

O Modernismo¹⁰ não se configurou apenas como um movimento literário, se tornou também uma tendência cultural e social com o objetivo de promover a cultura brasileira. Surgiu como resultado de estímulos internos e externos.

O Brasil efetuava uma revisão de si mesmo e abria novas perspectivas, depois das transformações da guerra de 1914-1918, que aceleraram o processo de industrialização e abriram um breve período de prosperidade para o nosso principal produto de exportação, o café (Candido, 2023, p.71).

O livro que marca o início do movimento é “Pauliceia desvairada” (1922) de Mário de Andrade (1893-1945). Trata-se de uma coleção de poemas, na qual a cidade de São Paulo é a protagonista, cada um dos 22 poemas constroem a imagem do processo de desenvolvimento econômico da cidade. Em 1922, São Paulo também foi palco da Semana da Arte Moderna, onde os artistas envolvidos vislumbravam uma nova visão da arte baseada na ruptura com o passado, na valorização da cultura nacional e na experimentação estética. Artistas como Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral e Anita Malfatti inovaram ao introduzir formas não convencionais, explorar temas do cotidiano e adotar uma linguagem livre e espontânea (BOSI, 2022, p. 362). A respeito disso, Candido reforça:

A sua contribuição fundamental foi a defesa da liberdade de criação e experimentação, começando por atacar a estética acadêmica, encarnada sobretudo na poesia e na prosa oratória, mecanizadas nas formas endurecidas que serviam para petrificar a expressão a serviço das ideias convencionais. Para isso, os modernistas valorizaram na poesia os temas cotidianos tratados com prosaísmo e quebraram a hierarquia dos

¹⁰ O que a crítica nacional denomina como Modernismo está ligado a um evento específico, ou seja, a algo marcado no tempo, público e impactante, que chamou a atenção de nossa inteligência como um marco divisor: A Semana de Arte Moderna, ocorrida em fevereiro de 1922, na cidade de São Paulo (BOSI, 2022, p. 323).

vocábulos, adotando as expressões coloquiais mais singelas, mesmo vulgares, para desqualificar a solenidade ou a elegância afetada. Nesse sentido, combateram a mania gramatical e pregaram o uso da língua segundo características diferenciais do Brasil, incorporando o vocabulário e a sintaxe irregular de um país onde as raças e as culturas se misturam (Candido, 2023, p. 72).

Embora o modernismo pregasse o uso de formas além das acadêmicas e tradicionais, muitos modernistas ainda estavam enraizados em valores anteriores. Mário de Andrade e Oswald de Andrade, por exemplo, buscavam uma arte genuinamente nacional, mas frequentemente o faziam a partir de referências europeias, como o Futurismo e o Dadaísmo (BOSI, 2022, p. 370 - 384). Essa constatação revela que, embora os modernistas desejassem valorizar a cultura nacional, ainda se viam fortemente inspirados por movimentos de vanguarda europeus. Esse paradoxo fica evidente no Manifesto Antropofágico (1928), de Oswald de Andrade, que defendia a “deglutição” da cultura estrangeira para criar algo autenticamente brasileiro (BOSI, 2022, p. 382). Outro aspecto contraditório dos modernistas reside na recorrente crítica aos valores burgueses, ao mesmo tempo em que suas obras eram consumidas e financiadas pela própria elite, como aponta Antonio Candido (2023, p. 71). Além de sustentarem financeiramente a produção modernista, esses setores também figuravam como seu principal público, o que levanta a questão: embora retratassem a dura realidade social, sob que perspectiva esses textos eram construídos?

Além de São Paulo, o Rio de Janeiro também desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do Modernismo no Brasil. No entanto, a maior repercussão literária desse período veio com o chamado “romance nordestino”, que trazia consigo a imagem do homem pobre do campo e o homem urbano não como um mero objeto, e sim como um sujeito e uma humanidade reconhecida pelo povo, dando voz a personagens antes marginalizados na literatura. A respeito disso afirma Bosi (2022, p.455) “O nordeste [...] tem concorrido com uma copiosa literatura ficcional, que vai do simples registros de costumes locais à aberta opção de crítica e engajamento que as condições da área exigem”.

Dentro desse contexto, Graciliano Ramos e Jorge Amado foram dois dos principais escritores a consolidar essa perspectiva. Em “Vidas Secas”, Graciliano retrata a dureza da vida sertaneja com uma linguagem seca e introspectiva, enquanto Jorge Amado, em “Capitães da Areia”, apresenta a infância abandonada

nas ruas de Salvador com lirismo e crítica social. Ambos foram essenciais para moldar o romance nordestino (BOSI, 2022, p. 429-433)

Dessa forma, o retrato da infância nessas obras revela não apenas as dificuldades enfrentadas por crianças em contextos de extrema pobreza, mas também a maneira como a literatura pode servir como um espelho das desigualdades sociais. Tanto em “Vidas Secas” quanto em “Capitães da Areia”, a infância é marcada pela exclusão, pela ausência de direitos básicos e pela luta diária pela sobrevivência, aspectos que dialogam diretamente com a realidade de muitas crianças no Brasil ao longo da história.

Diante dessa relevância, justifica-se a escolha de afunilar a pesquisa na obra de Graciliano Ramos e Jorge Amado, pois ambos oferecem uma visão profunda e crítica sobre a condição da infância. Suas narrativas, além de documentar realidades sociais distintas dentro do nordeste, permitem reflexões sobre os impactos da desigualdade na formação dessas crianças, reforçando a importância da literatura como instrumento de compreensão e denúncia da realidade brasileira.

Isso, devido a uma consciência crítica que torna a maioria desses autores verdadeiros radicais por meio da literatura. É preciso observar que a etiqueta do “regionalismo” se deve em parte ao fato de as avaliações literárias terem como base o Rio de Janeiro, ainda então o grande centro intelectual do país. Por isso, as narrativas que tinham por quadro as províncias podiam ser vistas como exóticas, na medida em que descreviam um mundo diferente do da capital. Regionalismo significa às vezes, para a perspectiva desta, simples distanciamento geográfico (Candido, 2023, p. 86).

A etiqueta do regionalismo¹¹ aplica-se a Graciliano Ramos apenas em seu último romance, “Vidas Secas”. Segundo Antonio Candido, Ramos abominava o Modernismo e as vanguardas em geral, pois sua forma de escrever não era flexível quanto à correção gramatical e à “normalidade” da escrita. “Pode se dizer que nele o toque moderno está no refinamento da tradição e na capacidade de reduzir o real às suas linhas essenciais, contrariando o ‘culto da forma’ e as elegâncias acadêmicas” (Candido, 2023, p. 87).

¹¹A crítica literária e biógrafa brasileira, Lúcia Miguel Pereira (1973, p.179) afirma que para analisar o regionalismo, é fundamental estabelecer com clareza seus limites. Esse conceito se aplica especificamente a obras literárias cujo principal objetivo seja retratar personagens, costumes e linguagens típicas de determinada região. Nessas narrativas, tais elementos não são meros detalhes decorativos, mas aspectos essenciais para a construção do enredo e do significado da obra. Além disso, essas histórias se desenrolam em contextos sociais e geográficos marcados por modos de vida distintos daqueles predominantes nos grandes centros urbanos, onde a modernização tende a padronizar hábitos e culturas.

Já Jorge Amado, com o seu “romance proletário”, é uma das diversas figuras de destaque, assim como Graciliano. Os dois escritores se conheceram após Amado se apaixonar pela leitura de “Caetés”, o que o levou a realizar uma viagem de navio até Alagoas, dando início ao vínculo de amizade entre eles. Juntos escreveram e publicaram o livro “Brandão entre o mar e o amor” (1941) com Aníbal Machado, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz.

O romance nordestino – um grande protesto literário contra o modo “prussiano” de modernizar o país – é um exemplo vivo de que então se tornara possível, e não mais apenas como exceção que confirma a regra, criar uma cultura não elitista, não intimista, ligada aos problemas do povo e da nação. Uma cultura, em suma, nacional-popular (COUTINHO, 2011, p. 25).

A ditadura getulista, utilizando o Departamento de Imprensa e Propaganda controlava os meios de comunicação e todas as produções culturais da época, e perseguiu tanto Graciliano Ramos quanto Jorge Amado. Graciliano foi preso em 1936 sem nenhuma acusação formal, permanecendo detido por cerca de dez meses, isso o levou a escrever posteriormente o “Memórias do Cárcere”. “Capitães da Areia”, sexto romance de Jorge Amado, teve exemplares incinerados em praça pública no ano de sua estreia, juntamente com várias outras obras. A ata de incineração desse evento é mencionada no artigo “Leitura e Cidadania” de Assis Duarte (2004, p. 40 apud Mendes, 2020).

A conjuntura política na década em que foram publicados “Capitães da Areia” e “Vidas Secas” é marcada por tensões e mudanças significativas. Essas duas obras não apenas narram acontecimentos da vida dos personagens, mas expõem um Brasil que não se reflete da mesma forma nos registros históricos, indo ao desencontro com a ideia do desenvolvimento nacional do Estado Novo.

A dinâmica da urbanização, de forma similar, leva o Estado brasileiro, ainda que de forma incipiente, a passar a considerar as expressões da “Questão Social” como um tema político. Contudo o viés repressivo que predominava até então ainda se mantinha, como aponta Ianni (1989). Assim, o chamado “Estado Social” brasileiro¹², que começa a se delinear a partir da década seguinte, segundo Silva,

¹² Considera-se, todavia, com base na caracterização de Marini (2011) do Brasil enquanto país de economia dependente, que o significado de “Estado Social” não se aplica à realidade do país, dado que apenas as nações que ocupam posição de centralidade na divisão internacional do trabalho usufruíram do modelo denominado de “bem-estar social”, impulsionados pelo incremento das forças produtivas nesses países às custas da extração de recursos expropriados das nações à sua margem.

Costa e Alberguini (2018), um caráter corporativo e fragmentado, o que acarretava na expansão lenta e seletiva das políticas sociais.

1.2 GRACILIANO RAMOS: VIDA E OBRA

Nasci na zona árida, numa velha fazenda, e ali passei quase toda a minha infância, convivendo com o sertanejo. Fui depois para a cidade estudar e mais tarde diversas vezes visitei o meu recanto natal, bem como outras paragens do sertão nordestino. Os meus personagens não são inventados. Eles vivem em minhas reminiscências, com suas maneiras bruscas, seu rosto vincado pela miséria e pelo sofrimento (Ramos, 2014, pág. 68).

Graciliano Ramos de Oliveira nasceu no dia 27 de Outubro de 1892 no município de Quebrangulo, no estado de Alagoas. Filho de comerciantes, Sebastião Ramos de Oliveira e Maria Amélia Ferro e Ramos, era parte de uma grande família de dezesseis filhos. Sua vida foi dividida entre o Rio de Janeiro e cidades nordestinas, onde se desenvolveu como escritor, além de atuar na política e no jornalismo.

Com apenas 14 anos, Graciliano Ramos escreveu seu primeiro conto, em 1904, intitulado “O Pequeno Pedinte”, que foi publicado no jornal alagoano “O Dilúculo”. Alguns anos depois, em 1906, o jovem escritor tornou-se responsável pela redação do periódico “Echo Viçosense”, e no mesmo ano publicou dois sonetos, ambos sob o pseudônimo de Feliciano de Oliveira. Já no Rio de Janeiro, em 1914, ingressou como revisor nos jornais “Correio da Manhã”, “A Tarde” e “O Século”.

Após anos afastado da escrita, devido questões pessoais, como o falecimento da sua primeira esposa e obrigações com o comércio da família, Graciliano retornou à literatura em 1921, através de colaborações para o jornal “O Índio”, cujas obras também foram publicadas sob pseudônimo. Em 1925 iniciou a escrita do seu primeiro romance, “Caetés”, que só seria publicado em 1933, romance que o levou a conhecer Jorge Amado.

Em 1927, Graciliano é eleito prefeito da cidade de Palmeira dos Índios, filiado ao Partido Democrata. Sobre este período da sua vida, o escritor revelou em entrevista: “Assassinaram meu antecessor. Escolheram-me por acaso. Fui eleito, naquele velho sistema das atas falsas, os defuntos votando (o sistema no Brasil anterior a 30), e fiquei vinte e sete meses na Prefeitura” (Revista do Globo, 1956,

s.p). O escritor não completou o mandato e renunciou ao cargo de prefeito em abril de 1930.

O escritor se insere, de fato, na literatura brasileira na década de 1930. A respeito do contexto em que a literatura brasileira vivenciava nesse período histórico, Ramos tece considerações em uma entrevista, que hoje compõe o Arquivo Graciliano Ramos da Universidade de São Paulo (USP):

Nesta época de escrita excessiva e leitura apressada temos uma grande quantidade de escritores mais ou menos anônimos e fervilham nos *bureaux* dos livreiros trabalhos inéditos. Para alguma coisa a revolução de 30 serviu. Apareceu o hábito da leitura, de repente ficamos curiosos, às vezes imprudentemente curiosos, e como nem todos podemos ler línguas estranhas, porque a nossa instrução seja minguada ou porque a baixa do câmbio haja dificultado a importação do papel e das ideias, tratamos de fabricar estas coisas - e a indústria do livro levantou a cabeça. O que é singular no movimento que se opera nestes últimos anos é que ele vem de dentro para fora. Antigamente um cidadão escrevia no Rio, e as suas obras, hoje quase todas definitivamente mortas, impunham-se ao resto do país.

Essa fase carrega consigo a continuidade das mudanças impulsionadas pela Semana de Arte Moderna de 1922, mas também é marcada por características próprias, como, por exemplo a valorização de um povo que se encontrava além de lugares como São Paulo e Rio de Janeiro, o que pode ser facilmente analisado nas obras de Graciliano Ramos.

Tal juízo nos permite divisar, acima das dissonâncias estéticas entre a euforia de 1922 e o neorrealismo de 1930 ou dos selos *heroicos* e *engajados*, um vínculo estreito que une os dois momentos sob um impulso comum: investigar criticamente a realidade brasileira a partir de suas exigências de representação (Bosi, 2023, n.p).

Como foi exposto anteriormente, em 1933, Graciliano Ramos publicou seu romance “Caetés”. O escritor se insere no contexto político e cultural da década de 30, deixando traços característicos em suas obras.

É importante destacar o contexto histórico em que o artista viveu foi marcado por diversos acontecimentos que impactaram diretamente na formação social do país, na qualidade de vida dos brasileiros, e no rumo que o país tomaria. A década de 1930 sucede a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque, desencadeando uma crise econômica que repercutiu em quase todo o mundo. Em 1930, o Brasil foi marcado pela crise cafeeira, e, como resposta à crise, iniciou-se o processo de industrialização do país.

No mesmo ano, o presidente Washington Luís foi derrubado do poder, ao mesmo tempo em que o então presidente eleito, Júlio Prestes, foi impedido de

tomar posse, em decorrência de um movimento armado liderado por Getúlio Vargas, com influências de ideais neofascistas. É importante também atentar-se ao fato de que o mesmo contexto histórico foi caracterizado pelo acirramento das expressões da questão social, em que a sociedade brasileira demandava intervenção mais ativa do Estado.

Nos anos 30, passou a atuar como único chefe da nação e, em nome de um projeto que julgava ser o melhor para o país, fechou o congresso, reprimiu as liberdades públicas, isolou os descontentes, perseguiu inimigos, cooptou possíveis opositores, impôs-se como chefe de Estado e projetou-se como líder popular, como populista e como estadista (D'Araujo, 1997, p. 10).

Dada a brevíssima explicação acerca do contexto em que Graciliano Ramos se inseriu na literatura brasileira, torna-se mais clara a sua compreensão de seu estilo literário. No ano seguinte à publicação do primeiro romance, "Caetés", Graciliano torna a público o seu segundo romance, "São Bernardo".

Em 1935, seu próximo romance começa a tomar forma por meio de cartas escritas à sua esposa, sendo este intitulado "Angústia". Em todos os romances, Graciliano deixa registros históricos do momento vivido pela sociedade brasileira. Em nenhum momento, os seus escritos distanciam a arte da realidade social.

O governo de Vargas foi marcado pelo ideal nacionalista e por uma extrema repressão, justificada pela necessidade de proteger o país de uma "ameaça comunista", algo que as Ciências Sociais consideram nunca ter ocorrido, de fato. Em 1935, foi promulgada a Lei de Segurança Nacional (Lei nº 38 de 04 de Abril de 1935), que previa os crimes contra a ordem política. Em 1936, Graciliano foi preso, passando dez meses em prisões de Recife, Maceió e Rio de Janeiro. No mesmo ano, o romance "Angústia" foi publicado e teve grande aceitação por parte da crítica.

Enquanto esteve preso, Graciliano escreveu "Memórias de Cárcere", onde relatava seu cotidiano e tecia considerações acerca do totalitarismo que o país enfrentava. A obra foi publicada após o seu falecimento. O período em que esteve privado de liberdade contribuiu significativamente para a formação política do escritor.

A prisão abriu mais os olhos de Graciliano Ramos, trouxe-o mais para perto da vida, fazendo-o enxergar a vida por ângulos até então imperceptíveis. Era o caminho aberto para sua última resolução, resolução mais importante de sua vida: o ingresso no Partido Comunista. Lembremo-nos que na prisão, intimidado pela polícia política a assinar um documento pelo qual se 'obrigaria a abandonar suas atividades de comunista', Graciliano recusou-se terminantemente a fazê-lo, mesmo não sendo comunista, como de fato não o era, então. Preferiu as torturas da prisão, que o puseram

gravemente enfermo, a submeter-se a humilhação semelhante (FACÓ, 2014, p.160).

Em 1937, ao sair da prisão, Graciliano escreveu uma narrativa infantil para participar de um concurso do Ministério da Educação e da Saúde, intitulado “A Terra dos Meninos Pelados” . A obra lhe concedeu o terceiro lugar no concurso e o Prêmio de Literatura Infantil do Ministério da Educação.

Em 1938, foi publicado o seu romance mais conhecido, que também é parte fundamental da análise deste trabalho: “Vidas Secas”. Nesse romance, o escritor conta, através de uma escrita muito sensível, a vida de uma família de sertanejos. A obra, que foi escrita a partir de contos, centra seus objetivos na representação do homem, sua vida sofrida e sua relação com a seca, além de abordar sua convivência com a família, composta por uma mãe, um pai, dois filhos e uma cachorra. Em entrevista, Graciliano comenta sobre a obra:

O que me interessa é o homem, o homem daquela região aspérrima. Julgo que é a primeira vez que esse sertanejo aparece na literatura. Os romancistas do Nordeste têm pintado geralmente o homem da zona do brejo. É o sertanejo que aparece na obra de José Américo e Zé Lins. Procurei auscultar a alma do ser rude e quase primitivo que mora na zona mais recuada do sertão, observar a reação desse espírito bronco ante o mundo exterior, isto é, a hostilidade do mundo físico e a injustiça humana. Por pouco que o selvagem pense—e os meus personagens são quase selvagens - o que ele pensa merece anotação. Foi essa pesquisa psicológica que procurei fazer, pesquisa que os escritores regionalistas não fazem e nem mesmo podem fazer, porque comumente não conhecem o sertão, não são familiares do ambiente que descrevem. (...). O que procurei fazer foi mostrar o homem no seu ambiente, vivendo a sua vida e falando a sua língua. É um livro amargo, duro, ríspido mas verdadeiro, profundamente verdadeiro (BROCA, 2014, p.68-69).

Em *Vidas Secas*, o escritor traz, em sua escrita, oriunda de vivências na prisão e de uma crítica social mais explícita, uma visão social do processo de modernização. Graciliano Ramos, ao se debruçar sobre a vida dos personagens, revela a posição em que esses indivíduos se encontravam no contexto social vigente. Através da sua narrativa, é possível compreender que a vida deles era atravessada pelas diversas expressões da “Questão Social”, provenientes de um modelo socioeconômico contraditório, onde grande parte da população vive — ou melhor, sobrevive — devido ao cenário do sertão.

Em entrevista (1955), Graciliano Ramos expõe que já havia sido incentivado a escrever sobre as vivências do povo sertanejo, onde o mesmo expõe que:

Certo crítico, anos atrás, me insinuara utilizar num romance os camponeses do Nordeste. Apesar de sertanejo, achava-me incapaz de fazer isso, e

antes de viver com esses homens na cadeia, dormindo nas esteiras podres e dividindo fraternalmente os percevejos, não me arriscara a aceitar o conselho (Ramos, 1955, p.128).

Como foi exposto ao longo do trabalho, a família de Ramos, de origem nordestina, sempre esteve em uma posição de classe média, com pais comerciantes, o próprio escritor já ocupou cargos políticos, o que lhe proporcionaram uma vida, sem muitos luxos, mas, podendo ser considerada, à época, confortável. Por isso a relevância de trazer um breve trecho de sua entrevista, para exemplificar que, para o escritor, foi necessário ter maior contato e proximidade com homens e mulheres em situações extremamente vulneráveis, para escrever com tanta clareza de emoções o que era vivenciado pelos mesmos.

Nos romances publicados anteriormente, também contavam com camponeses em seu enredo, mas “Vidas Secas” é o primeiro do autor que possui toda uma família composta por sertanejos pobres e que se encarregam de todo o enredo do romance. Em uma escrita à Haroldo Bruno em 1º de setembro de 1946, Ramos expõe a sua intenção social e política ao escrever Vidas Secas:

no começo apenas desejei mostrar uma cidadezinha do interior – fuxicos, preguiça, conversas à porta da farmácia. Até [que] por volta de 1930 surgiram ataques à novela de costumes, ao estudo social, ao documento e elogios imoderados ao romance introspectivo. Sem dúvida pretendiam anular o fator econômico – e em consequência apresentaram-nos fantasmas. Ora, essas divagações arbitrarias não me despertavam interesse. Achei que só realizaríamos introspecção direita examinando a coisa externa, pois o mundo subjetivo não elimina o objetivo: baseia-se nele. Quem fugia à observação tinha evidentemente um fim político, mas as mofinas contra as reportagens eram de fato razoáveis. Conseguiríamos, evitando a parolagem chinfrim dos comícios, ferir os nossos inimigos com as suas próprias armas. Usaríamos até a linguagem correta, instrumento que eles de ordinário não utilizam. A sintaxe é também uma arma, não lhe parece? É meio de opressão. Assim pensando, fiz os meus últimos livros. (apud Bruno, 1957, p. 97-9).

A relação entre literatura e sociedade, torna-se marcante na escrita de Graciliano Ramos. Em 1939, o escritor foi nomeado Inspetor Federal de Ensino Secundário do Rio de Janeiro, e em 1940 realiza trabalhos de tradução do livro Memórias de um Negro, escrito por Booker T. Washington, para a Companhia Editora Nacional. Em 1941 publicou três uma série de crônicas, que receberam o título de “Quadros e Costumes do Nordeste”. Em 1942, Graciliano publicou, juntamente com os dos escritores Rachel de Queiroz, Aníbal Machado, José Lins do Rego e Jorge Amado o romance “Brandão entre o mar e o amor”.

Em 1944, Graciliano publicou “Histórias de Alexandre”, livro que engloba diversas narrativas que foram influenciadas pelo folclore nordestino, o qual, juntamente de “Vidas Secas” e “Quadros e Costumes do Nordeste” compreendem, um retrato escrito desta região do país, alguns com características marcantes de crítica social, abordando a seca, a miséria e árdua realidade a população local enfrentou e enfrenta.

Em 1945, ocorreram três eventos marcantes para a história de Graciliano, a sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), a convite de Luís Carlos Prestes, o que representa a sua inserção ativa na política, enquanto militante de esquerda, algo que perpassa pelas suas obras, através das críticas sociais que atravessam seus romances. No mesmo ano, o escritor também publicou outros dois livros, sendo estes, “Infância”, e outro construído por contos, intitulado “Dois Dedos”. Ainda sobre sua inserção na vida política, o escritor se candidatou a senador pelo seu estado natal, através do PCB, mas não venceu as eleições.

Em 1946, o conto “Histórias Incompletas” se reuniu aos demais contos do livro Dois Dedos, somado a mais um texto, de título “Luciana”. Juntamente dos demais contos, Graciliano publicou também mais três capítulos de “Vidas Secas”, além do livro “Insônia”. Nesse período, Graciliano já era considerado um autor renomado para a literatura brasileira. Após traduzir outras obras, devido a questões pessoais, no início da década de 1950, o escritor foi internado em clínicas de desintoxicação, em decorrência do alcoolismo.

Após o tratamento, assumiu a presidência da Associação Brasileira de Escritores (ABDE) em 1951, mesmo ano em que publicou o livro “Sete Histórias Verdadeiras”. Alguns de seus livros ganharam tanta notoriedade, que inspiraram filmes e novelas. O ano de 1952 foi marcado por procedimentos médicos, devido a questões de saúde, as quais o levaram a óbito em 20 de Março de 1953.

1.3 - JORGE AMADO

“Não nasci para famoso nem para ilustre, não me meço com tais medidas, nunca me senti escritor importante, grande homem: apenas escritor e homem” (Amado, 2006, p. 11).

Assim como foi crucial para a elaboração do trabalho a instrução pela vida e obra de Graciliano Ramos, também é relevante para compreendermos em que contexto viveu Jorge Amado, para possibilitar uma análise mais a fundo de sua obra “Capitães da Areia”. Como aborda Silva e Santos (2021, pág 207), “a Literatura pode ser uma fotografia do tempo. A ficção é porta de entrada para um mundo, para uma época e principalmente para o conhecimento de certas ações humanas”.

Jorge Amado teve uma vida política ativa, vivenciou momentos de extrema repressão no país na década de 1930. Em “Navegação de Cabotagem”, Jorge Amado afirma que “aprendi com o povo e com a vida, sou um escritor e não um literato, em verdade sou um obá” (2006).

Jorge Amado, filho de João Amado de Faria e Eulália Leal, nasceu em 10 de Agosto de 1912, no município de Itabuna, no estado da Bahia. Oriundo de uma família pequena, composta por pai, mãe e dois irmãos que faleceram ainda jovens. O escritor, ainda muito novo, se mudou para o sul da Bahia, em decorrência das fazendas de cacau. Amado viveu até seus dez anos no interior, quando se mudou para a capital baiana para completar os estudos.

Amado também insere-se no “período literário”¹³ denominado Modernismo e pode ser compreendido como:

[...] um documentário social e humano, girando em torno do drama do subdesenvolvimento. O romancista nesse tipo de ficção, se transforma numa espécie de aparelho registrador de um aspecto da realidade, escolhendo e montando cenas, a bem dizer cinematograficamente, por força dos diálogos e da sequência de imagens. O escritor mostra a realidade, através de uma ideologia, mas não conclui, assumindo tanto quanto possível uma atitude de impessoalidade diante do leitor, pois o leitor é que deve apreciar, julgar e concluir (Filho, 1975, p. 63).

Ainda no início de sua adolescência, Jorge Amado começou a trabalhar em jornais e inseriu-se na vida literária. Seu primeiro emprego foi no “Jornal Diário da Bahia” e, em seguida, trabalhou também em “O Imparcial”. Em 1928, tornou - se um

¹³ Importante ressaltar que, mesmo o período histórico sendo marcado pelo modernismo, existiam diversas correntes literárias e matrizes teóricas, onde o modernismo por si só não engloba a todos.

dos fundadores da *Academia de Rebeldes*. Na época, como jovem escritor, definia o objetivo do coletivo da seguinte forma: “varrer com toda a literatura do passado – raríssimos os poetas e ficcionistas que se salvariam do expurgo – e iniciar a nova era”. O grupo reunia jovens escritores brasileiros que visavam “uma arte moderna, sem ser modernista”. Desde a juventude, o escritor também aproximou-se da religião de matriz africana candomblé, a qual compôs parte importante da sua vida.

A descoberta do candomblé, religião celebrativa em que não existe a noção do pecado, e o contato com as tradições afrobrasileiras e com a história da escravidão levaram Jorge Amado a desenvolver uma visão específica da Bahia — e do Brasil —, que perpassa toda a sua criação literária: uma nação mestiça e festiva (Trajetórias de Jorge Amado, 2008).

A vida de Jorge Amado foi marcada pelo mar da Bahia, pelas fazendas cacauceiras da sua infância, pelas disputas políticas e pela religiosidade, que, ora de forma sutil, ora mais explícita, estiveram sempre presentes em suas obras.

Apesar de existir essa diversidade, a maioria das interpretações acadêmicas têm em comum o fato de compreenderem o texto literário de Amado como um documento. Isto é, uma expressão da sociedade, do contexto histórico em que o autor viveu e produziu. Assim, tendem a analisar o aspecto ficcional pela chave do realismo. Neste sentido, são inúmeros os trabalhos que analisam a contribuição simbólica das obras do autor na construção de diferentes tipos de identidade a partir do que estaria escrito nos personagens e tramas (Calixto, 2011, p. 08).

Em 1929, em co-autoria com Edson Carneiro e Dias de Costa, publicou sua primeira obra; uma novela intitulada *Lenita*¹⁴. Em 1931, o escritor publicou o seu primeiro romance, *O país do Carnaval*¹⁵, considerado sua estreia literária, aos 18 anos. No mesmo ano ingressou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, mas, mesmo concluindo o curso, nunca exerceu a profissão.

O escritor conviveu com importantes representações políticas e sociais de sua época, como Raul Bopp, José Américo de Almeida, Gilberto Freyre, Carlos

¹⁴ Um dos autores que escreveu a novela, Dias da Costa a caracteriza como “Lenita foi uma aventura a três que teve consequências graves. Novela escrita na mesa de café gastava doze capítulos para contar a vida, a morte e a sobrevivência de uma prostituta barata, paixão de um sujeito sofisticado e de um arquiteto tuberculoso e exótico. Misto de Pitigrilli e Dumas Filho, a novela *Lenita* era uma perfeita hediondez. Pois bem, pior que *Lenita*, escrita de colaboração, foram os artigos perpetrados sobre ela. Publicada em folhetim, sob a cautela de pseudônimos, saiu sempre tão empastelada que durante meses constituiu para mim fascinante trabalho recortar do jornal, linha por linha, para pô-las em ordem, a fim de ler a história em letra de forma. Mas, apesar de tudo, íamos tomando gosto pela literatura à proporção que nos enfarávamos da literatice”. Posteriormente, Jorge Amado opta em não incluir o romance em suas obras literárias.

¹⁵ A obra representa um retrato crítico acerca da representação do Brasil como um país alegre e festivo, publicado pela editora Schmidt, a obra representa, por vezes, a própria imagem de Jorge Amado. O protagonista é filho de ricos fazendeiros de cacau, que se graduou em Direito em Paris, e ao retornar ao país de origem, é atravessado pela inquietação existencial do estranhamento ao país do carnaval. O grupo que enreda o romance é preocupado com a política, com os rumos de Salvador e do Brasil.

Lacerda, José Lins do Rego e Vinicius de Moraes. Jorge Amado conheceu pessoalmente, também, o escritor Graciliano Ramos. Em 1932, decide escrever o romance “Cacau”, que é marcado pela representatividade dos trabalhadores baianos, o livro é caracterizado por retratar a civilização cacauzeira.

É importante ressaltar que, Jorge Amado viveu no mesmo período histórico que Graciliano Ramos¹⁶, um período marcado por diversos acontecimentos políticos que impactam diretamente na vida dos brasileiros. O escritor nasceu durante a Primeira República Brasileira, conhecida popularmente por República da Espada, período em que as duas pessoas que assumiram a presidência do país, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto foram militares. Esse regime político vigorou até a década de 1930, quando Getúlio Vargas, responsável pela revolta armada, inaugurou o período de alta repressão e totalitarismo no país.

Em 1932, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Como já foi exposto, Jorge Amado foi um artista brasileiro com vida política bastante ativa. Em 1934 publicou a ficção “Suor”, cuja leitura convida os leitores a mergulharem na realidade urbana da capital baiana, Salvador. Em 1936, com a publicação do romance Jubiabá, que apresenta um dos primeiros heróis negros da literatura brasileira, Antônio Balduino, inaugura o início da fama do escritor. Quanto à sua forte característica de, em suas obras, representar o povo brasileiro, as relações sociais, a cultura e os costumes, abarcando, inclusive, a classe trabalhadora nos enredos de seu romance, Amado (1990) afirma:

Disseram certos críticos que não passo de um limitado romancista de putas e vagabundos. Creio que é verdade e orgulho-me de ser porta-voz dos mais despossuídos de todos os despossuídos. Disseram também que tenho a paixão da mestiçagem, e dizem-no com raiva racista. Honro-me infinitamente de ser um romancista da nação mulata do Brasil Creio que, querendo ofender-me, esses críticos se exaltaram e me definiram.

Em 1936, o escritor foi preso pela primeira vez, acusado de participar da Intentona Comunista, devido à sua ativa inserção política, vinculando-se ao PCB, no mesmo ano em que publicou “Mar-morto”. Livro que inspirou Dorival Caymmi¹⁷ a

¹⁶ Os dois tópicos do primeiro capítulo retratam o mesmo contexto sócio-histórico da sociedade brasileira, haja vista que, os escritos viveram na mesma época. Dito isto, para evitar repetição, alguns fatos históricos não foram repetidos no segundo tópico.

¹⁷ Dorival Caymmi (1914-2008), foi um cantor, compositor e instrumentista brasileiro. Conhecido por cantar os costumes e tradições do povo baiano. Jorge Amado e Caymmi tornaram-se amigos e parceiros artísticos, se conheceram em 1939 no Rio de Janeiro. Os dois artistas brasileiros possuem traços semelhantes em sua obra, marcadas pelo regionalismo, pela expressão da cultura brasileira e inserção da realidade brasileira nos contos, composições e canções. É possível compreender que as obras de Jorge Amado e Caymmi se complementam, de certo modo.

compor a canção “É doce morrer no mar”. Em 1937, após realizar uma viagem pelo Brasil e pela América latina e aproximar-se ainda mais da cultura latino-americana, Jorge Amado publicou “Capitães de Areia”.

O livro é marcado pela árdua realidade comum aos trabalhadores/as, ressaltando sua diversidade étnico-racial, local de origem e gênero. Rica obra, que foi apreendida pela censura do Estado Novo, privando o escritor de liberdade pela segunda vez. O militante passou o início da década de 1940 exilado na Argentina e no Uruguai. Durante o exílio, escreveu a biografia de Luiz Carlos Prestes, intitulada "O cavaleiro da esperança", a qual foi proibida no Brasil, devido à censura.

Após retornar do exílio, foi preso pela terceira vez, sendo esta prisão em regime domiciliar na Bahia. Em 1945 foi eleito membro da Assembleia Nacional Constituinte, na legenda do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mesmo partido que o elegeu deputado federal. Durante seu governo, um feito importante foi a promulgação da lei que assegura o direito à liberdade de culto religioso. Em 1947, exilou-se novamente, devido à perseguição política, após o PCB tornar-se ilegal. Retornou ao Brasil em 1955, o escritor afastou-se de forma mais ativa da militância, embora nunca tenha deixado seus ideais comunistas, e dedicou-se exclusivamente à literatura.

Em 1958, publicou “Gabriela Cravo e Canela”, romance que muitos críticos acreditam ter marcado o início da mudança literária de Jorge Amado, inaugurando uma escrita com características de sensualidade, voltada para a miscigenação e o sincretismo religioso. Porém, o próprio escritor afirma que houve “uma afirmação e não uma mudança de rota”¹⁸.

Jorge Amado publicou diversas obras que se tornaram referências destacadas para a literatura brasileira. Com livros traduzidos em diversos idiomas, personagens que deram nomes a ruas, estabelecimentos e outros, o escritor obteve reconhecimento não só no Brasil, mas recebeu título de doutor honoris causa em universidades europeias.

O escritor teve uma vida repleta de nuances, esteve entre pessoas muito importantes de sua época, e tornou-se um dos maiores nomes da literatura brasileira, mas sempre deixou claro que os títulos dos quais mais se orgulhava, eram aqueles das distinções concedidas no candomblé. Sua vida passou,

¹⁸AMADO Jorge, Disponível em: <http://www.jorgeamado.com.br/vida.php3?pg=1>. Acesso em: 23 fev. 2025.

majoritariamente, em um período de efervescência política. Viveu toda a Era Vargas, marcada por repressão, sendo preso por três vezes, e também a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Mesmo sendo punido pelo totalitarismo brasileiro, Jorge Amado sempre afirmou o seu propósito de tornar a escrita um mecanismo de disseminação da identidade nacional. Nesse contexto, não se tratava da identidade padronizada imposta ao país desde a colonização, mas a identidade que, de fato, representa um recorte da identidade do povo brasileiro, sua cultura e as mazelas de uma sociedade extremamente desigual.

Jorge Amado veio a óbito em 6 de Agosto de 2001, em Salvador, deixando seu legado para a literatura brasileira. Mesmo após sua morte, foi lembrado pela mídia, tanto brasileira quanto estrangeira, pela forma como escrevia. A introdução da sensualidade e da realidade, mesmo que vestida pelo lirismo, impactou a literatura nacional e internacional. Havia um marcador social muito forte presente, onde era notável a posição social que crianças ricas e crianças pobres ocupavam. Debater sobre a constituição da criança enquanto um sujeito de direitos, ainda é um debate amplo no país.

2. A INFÂNCIA NO BRASIL

Neste segundo capítulo, pretende-se debruçar na análise da constituição da infância no Brasil com base nos marcos que foram considerados mais importantes. O capítulo também tem como objetivo realizar a análise da representação da infância nas obras “Capitães da Areia” de Jorge Amado e “Vidas Secas” de Graciliano Ramos. Para atingir os objetivos deste capítulo, leva-se em consideração a representação social da arte, neste caso em específico, a literatura, para refletir sobre a infância antes da criação do marco legal da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990) e próximo ao Código de Menores de 1927.

É possível compreender que, na sociedade brasileira, o tratamento da infância e da adolescência é marcado por violência, violação de direitos, exploração e marginalização. Essa é a forma como essas fases da vida se apresentam nas obras analisadas.

Foi somente a partir da Declaração de Genebra de 1924, pioneira na busca de instrumentos internacionais de proteção e defesa da criança (Marcílio, 1998), que a proteção à infância ganhou um maior destaque. No documento, são apresentados quatro itens – quantidade insuficiente na concepção do autor – especificamente relacionados a esses sujeitos, tais como:

1. a criança tem o direito de se desenvolver de maneira normal, material e espiritualmente; 2. a criança que tem fome deve ser alimentada; a criança doente deve ser tratada; a criança retardada [sic] deve ser encorajada; o órfão e o abandonado devem ser abrigados e protegidos; 3. a criança deve ser preparada para ganhar sua vida e deve ser protegida contra todo o tipo de exploração; 4. a criança deve ser educada dentro do sentimento de que suas melhores qualidades devem ser postas a serviços de seus irmãos (Genebra, 1924 *apud* Marcílio, 1998, p. 48).

As obras “Capitães de Areia” e “Vidas Secas”, ao trazerem à tona o retrato de uma infância marcada pela exclusão, refletem uma realidade social que, embora tenha evoluído em termos legais, ainda carrega resquícios dessa marginalização. O ECA de 1990 representou um marco na proteção dos direitos da criança e do adolescente, mas a efetiva implementação e transformação social ainda são desafios a serem enfrentados cotidianamente. A literatura, portanto, continua sendo um meio importante para a reflexão sobre a infância no Brasil, ajudando a revelar as

complexidades dessa fase da vida e a luta por uma infância digna e plena de direitos.

Com isso, o capítulo visa não apenas analisar a representação da infância nas obras, mas também refletir sobre os marcos históricos e legais que influenciaram essa construção, destacando a importância da literatura como ferramenta de crítica e conscientização social.

2.1 CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTE COMO SUJEITOS DE DIREITOS

A compreensão da criança e/ou adolescente com um sujeito de direitos pode ser considerada algo recente, uma vez que, durante longos anos da história social do Brasil, tais indivíduos foram alvos de diversas violações de direitos, sem qualquer legislação ou proteção social que se debruçaram exclusivamente à sua garantia de direitos. Ainda hoje é um assunto delicado, mesmo anos após a promulgação do ECA, a garantia de direitos das crianças e adolescentes é uma bandeira de luta.

Instituições foram erguidas para ampará-la; leis foram formuladas para protegê-la; diagnósticos alarmantes demandaram novos métodos para a sua educação ou reeducação; experiências de atendimento foram implementadas, visando debelar o abandono e a criminalidade. problema, no entanto, persiste e hoje atinge milhões de crianças. desenrolar dessa história, ainda muito pouco conhecida em nosso país, precisava ser pesquisado, ordenado, interpretado e escoimado das impressões enganosas, que sugerem uma longa caminhada, quando, na verdade, quase não se saiu do mesmo lugar de origem. No decorrer do tempo, a infância foi tratada de diversas maneiras. As relações sociais com a família, com a Igreja, com o Estado e com outros estamentos da sociedade perpetuaram valores morais, religiosos e culturais, reproduzindo dominadores e subjugados em seus papéis (Rizzini, 2011, p. 15).

Os pontos abordados na introdução do capítulo, no geral, denotam uma concepção de infância composta por sujeitos dependentes e que demandam a proteção por parte de outros sujeitos, sem que sejam explicitamente questionados os fundamentos da vida social que desprotege as crianças. No que concerne à especificidade dos direitos da criança e do adolescente, por seu turno, recorre-se a Pedrosa (2015), que traça uma breve linha do tempo acerca da trajetória das intervenções políticas nesse sentido, divulgada pela Empresa Brasil de

Comunicação (EBC), de modo a resumir os caminhos percorridos até a configuração atual.

Desde iniciativas do século XVIII, como se discorre abaixo, a eventos da contemporaneidade, como os debates em torno da maioria penal e seus desdobramentos moralistas em ascensão na última década. Nessa perspectiva, em 1726, tem-se a “Rodas dos Expostos” que consistia num mecanismo utilizado para abandonar os bebês que não eram bem vindos em suas famílias de origem e então eram deixados na roda com o objetivo de serem acolhidos por instituições de caridade. A Roda dos Expostos foi criada de forma que a pessoa que recebia as crianças não conseguia ver quem a estava deixando. No Brasil, o primeiro registro do mecanismo foi na cidade de Salvador, na Santa Casa de Misericórdia, no ano de 1726.

Já em 1890, o Código Criminal da República, com o objetivo de diminuir a violência urbana, determinou a responsabilização penal para crianças entre 9 e 14 anos de idade, considerando a Teoria do Discernimento, determina penalização de crianças nessa faixa etária. As crianças eram, com base em tal teoria, avaliadas psicologicamente e então penalizadas de acordo com o entendimento delas sobre o crime cometido. Na época, elas poderiam ser penalizadas como adultas ou poderiam ser imputáveis. Em 1921 a Lei de número 4.242, que tratava sobre a proteção de “menores abandonados”, refutou o Código Criminal da República, fazendo com que as crianças não fossem passíveis de pena até os 14 anos.

Logo após, no ano de 1923, foi criado o primeiro juizado de menores no Brasil, para isso, expediu-se o Decreto de número 17.943, criando o primeiro juízo latino americano focado na assistência, defesa e proteção de menores abandonados e em conflito com a Lei. Como já citado anteriormente, na década de 1924 foi aprovada a Declaração de Genebra, o primeiro documento internacional sobre os direitos da criança.

No ano de 1927, foi promulgada a Lei de Assistência e Proteção aos Menores, o Código de Menores. Ainda que tenha sido um avanço na época por proibir a “Roda dos Expostos” e fixar a responsabilidade penal para os 18 anos, o Código continha um viés assistencialista e coercitivo.

Em 1941, foi criado o Serviço de Assistência a Menores (SAM). O SAM foi o primeiro órgão federal a se responsabilizar pelo controle da assistência aos

menores em todo o país. O Serviço era responsável por encaminhar as crianças para as instituições oficiais existentes, e por internar os "menores delinquentes" em colônias correcionais e reformatórios.

A nível internacional, tem-se em 1946 a criação do UNICEF. O Fundo das Nações Unidas para a Infância foi criado a partir de decisão unânime da Assembleia Geral da ONU, para fornecer assistência emergencial a milhões de crianças no período pós-guerra na Europa, no Oriente Médio e na China. Em 6 de outubro de 1953, o UNICEF se tornou órgão permanente do sistema das Nações Unidas com a possibilidade de auxiliar crianças e adolescentes de todo o mundo.

No ano de 1964, logo após o golpe de 1964, os militares extinguiram o SAM e criaram a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) e a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), momento em que a questão da infância começou a ser tratada como problema de segurança nacional e deu origem às Febems em nível estadual.

Em junho de 1975, ocorreu no Brasil a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito (CPMI) com o objetivo de investigar o problema da criança desassistida no país, contribuindo para a criação de um novo Código de Menores. Posteriormente, em 1979, foi aprovado o 2º Código de Menores. O novo Código trazia, então, a doutrina da proteção integral presente na concepção futura do Estatuto da Criança e do Adolescente. Porém, era baseado no mesmo paradigma do menor em situação irregular da legislação anterior de 1927.

Em 1988, por fim, o Brasil proibiu o trabalho realizado por menores de 14 anos. Além disso, no mesmo ano ocorreu o Fórum Nacional de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), criado a partir do encontro de vários segmentos organizados de defesa da criança e do adolescente. Além disso, foi em 1988 que a Constituição vigente foi promulgada, momento em que foi definido como dever da família, da sociedade e do Estado

assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, Art. 227).

Por conseguinte, foi em julho de 1990 a aprovação no Congresso Nacional do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marco legal que reuniu reivindicações de movimentos sociais engajados na defesa da ideia de que crianças e adolescentes são também sujeitos de direitos e merecem, portanto, acesso à cidadania e proteção. O ECA foi publicado sob a Lei Federal n. 8.069/1990, que concebe as categorias de criança e adolescente como sendo compostas por sujeitos nas faixas etárias de zero a 12 anos e de 12 a 18 anos, respectivamente (Brasil, 1990).

Avulta-se aqui a relevância do ECA enquanto instrumento para a proteção das Crianças e dos Adolescentes, reconhecendo-o plenamente como normativo em que se reafirma as crianças e os adolescentes na condição de sujeitos de direitos, respaldados, portanto, pela lei. Compreende-se o referido estatuto, tributário de ampla mobilização social e amadurecimento do debate público, como ferramenta potencializadora do desenvolvimento da juventude, inclusive no que concerne o seu acesso a direitos.

No que tange o contexto brasileiro, Melim (2012) aponta que as ações institucionais destinadas às crianças e aos adolescentes são concebidas a partir do modo que a sociedade construiu e modificou suas concepções de infância e adolescência. Por se tratar de um país assolado pelo capitalismo dependente, nos termos de Marini (2011), os marcos da infância estão fortemente ligados ao conceito de trabalho, já que a criança era tida como futura mão-de-obra – e muitas vezes como mão-de-obra barata –, uma vez que muitas trabalhavam nas fábricas e outros espaços de produção sob lógica industrial, extrativista ou doméstica, a depender do recorte de gênero, dentre outros, tais como territorial e étnico-racial.

Além disso, segundo Melim (2012), os tratamentos marcados pela violência e agressão, assim como os personagens das obras, eram comuns e normalizados. Como corrobora Jesus (2021), não havia legislações no sentido da proteção da infância contra a violência, a nível nacional, no percurso da década de 1930 - na qual foram publicados “Capitães da Areia” e “Vidas Secas” até o marco de promulgação da Constituição Federal vigente (Brasil, 1988). Jesus (2021) pondera, todavia, que o disciplinamento de crianças por meio da violência física prevaleceu por longos períodos como uma relação de ampla prescrição e de adesão generalizada, independentemente dos recortes de ordem social e identitária, ainda

que esses resguardem suas singularidades, cujo aprofundamento extrapola os limites deste artigo.

Havia um número expressivo de mortalidade infantil, à época, por diversos motivos, tais como a falta de nutrição adequada, assim como higiene e cuidados precários, consequências das condições materiais de vida que eram impostas aos pais. De modo análogo, tal condição era decorrente da insuficiência do Estado na garantia de direitos por via de políticas sociais nos setores de alimentação, saúde e saneamento básico, além da própria assistência social.

Para conter essas ditas “ameaças”, as crianças eram, muitas vezes e por diversos motivos – como estarem desacompanhadas em determinados momentos –, enviadas para um espaço de internamento, de acordo com Rizzini e Pilotti (1995) *apud* Melim (2012, p. 171), tal como reproduzido a seguir:

Nessas instituições, a autonomia e a individualidade dos sujeitos eram, a todo o momento, negadas. Os padrões do vestuário, das rotinas e das atividades realizadas reforçavam essa ideia. Já no que diz respeito às práticas de violência, era comum uma série de rebaixamentos, degradações e humilhações. A violência física era tamanha, que chegava a assumir proporções de escândalo público, dada a extrema violência de surras que levavam os internos à morte. Os maus tratos ainda se davam através da péssima qualidade da alimentação, da superlotação, da falta de higiene, da precariedade das instituições e da exploração sexual.

O cenário descrito evidencia, portanto, a ausência ou incipiência na sociedade da perspectiva das crianças e adolescentes, sobretudo pobres, negras e indígenas, enquanto sujeitos de direitos e demandantes de proteção especializada do Estado, cuja intervenção se dava, como supracitado, por via da adequação à ordem vigente. Outrossim, esses espaços de internamento, na maioria das vezes, eram instalados em lugares distantes dos centros das cidades, com uma tendência higienista, tendo por o objetivo de esconder os desajustados.

No sentido oposto, no ano de 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração dos Direitos Humanos, documento no qual se preconiza que “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo” (ONU, 1948). A declaração, contudo, tratava dos direitos dos seres humanos genéricos, não tratando diretamente e de forma diferenciada dos direitos das crianças, diferentemente do documento de Genebra (1924).

No que diz respeito às especificidades das crianças, foi apenas no ano de 1959 que a Declaração dos Direitos das Crianças foi aprovada pela Assembleia Geral da Nações Unidas, a partir do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) instituído em 1946. O documento foi um marco na história da defesa da infância e contava com dez princípios norteadores, nos quais

a Declaração afirma os direitos da criança a proteção especial e que lhe sejam propiciadas oportunidades e facilidades capazes de permitir o seu desenvolvimento de modo sadio e normal e em condições de liberdade e dignidade; o seu direito a um nome e a uma nacionalidade, a partir do nascimento; a gozar os benefícios da previdência social, inclusive alimentação, habitação, recreação e assistência médica adequadas; no caso de crianças portadoras de deficiência ou incapacitadas, o direito a receber o tratamento, a educação e os cuidados especiais exigidos por sua condição peculiar; a criar-se num ambiente de afeto e segurança e, sempre que possível, sob os cuidados e a responsabilidade dos pais; a receber educação; a figurar entre os primeiros a receber proteção e socorro, em caso de calamidade pública; a proteção contra todas as formas de negligência, crueldade e exploração; e a proteção contra todos os atos que possam dar lugar a qualquer forma de discriminação (UNICEF, 1959).

Ainda que o documento fosse de notável relevância para os avanços da proteção nos termos especificados, todavia, ele apenas apontava os princípios como sugestões aos Estados, e por não ser uma obrigação diretamente pactuada, esses tinham a escolha de acatar ou não as diretrizes propostas. Em contrapartida, o texto da UNICEF (1959) apresenta uma nítida influência do *welfare state*, modelo socioeconômico à época vigente nos países centrais do modo de produção capitalista, pelo qual se possibilita o avanço da conquista de direitos por via das políticas sociais, porquanto a ordem burguesa se mantivesse inalterada.. Processo este financiado inclusive pela exploração de países de economia dependente (Marini, 2011), nos quais o modelo do *welfare state* não se aplica em função do seu posicionamento na divisão internacional do trabalho, como é o caso do Brasil.

Por seu turno, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990, que preconiza a proteção integral de crianças e adolescentes, qualifica o reconhecimento do Estado brasileiro quanto às mencionadas diretrizes, conforme suas particularidades sociais e políticas. O estatuto reafirma, nesse sentido, a proteção das pessoas em seus períodos de desenvolvimento na condição de ser humano – concepção de infância então argumentada pelo documento (Brasil, 1990). Além disso, ele é o principal instrumento normativo brasileiro a orientar o trabalho e a luta na particularidade da viabilização dos direitos de crianças e adolescentes por assistentes sociais na contemporaneidade.

2.2 A INFÂNCIA EM “CAPITÃES DA AREIA” DE JORGE AMADO

Havia, é verdade, a grande liberdade das ruas. Mas havia também o abandono de qualquer carinho, a falta de todas as palavras boas.

Jorge Amado

Capitães de Areia é o sexto livro escrito por Jorge Amado em 1937, período marcado pelo totalitarismo, repressão e censura do Estado Novo. Como escritor e militante, Jorge Amado expôs o cenário vivenciado pelas crianças e adolescentes de Salvador e a relação da infância com os centros urbanos.

Em “Capitães da Areia” a narrativa conduz o leitor a acompanhar o cotidiano de um grupo de meninos. Pedro Bala, Professor, Sem-pernas, João Grande e Gato são alguns dos nomes que ganham protagonismo no decorrer das páginas. Esses personagens evidenciam a vida de crianças e adolescentes esquecidos à própria sorte nos grandes centros urbanos, tendo que cometer furtos e outras atividades para sobreviver, tornando-se conhecidos e temidos por toda a cidade.

O grupo vive sob um trapiche¹⁹ abandonado na cidade de Salvador, capital baiana. Durante a noite, podiam ver as luzes dos navios indo e vindo do cais. E ali, dormiam crianças e adolescentes de idade entre nove a dezesseis anos.

É aqui também que mora o chefe dos Capitães da Areia: Pedro Bala. Desde cedo foi chamado assim, desde seus cinco anos. Hoje tem quinze anos. Há dez que vagabundeia nas ruas da Bahia. Nunca soube de sua mãe, seu pai morrera de um balaço. Ele ficou sozinho e empregou anos em conhecer a cidade. Hoje sabe de todas as ruas e de todos os seus becos. Não há venda, quitanda, botequim que ele não conheça. Quando incorporou aos Capitães da Areia (o cais recém-construído atraiu para as suas areias todas as crianças abandonadas da cidade) o chefe era Raimundo, o Caboclo, mulato avermelhado e forte (Amado, 2008, p. 29).

Com Pedro Bala na liderança, a cidade rapidamente começou a ouvir falar no grupo denominado Capitães da Areia, as crianças abandonadas que viviam do roubo. Não é possível afirmar com clareza o número exato que formavam o bando, mas se estimava que eram aproximadamente cem, e que mais de quarenta dormiam no trapiche. “Vestidos de farrapos, sujos, semi esfomeados, agressivos, soltando palavrões e fumando pontas de cigarro, eram, em verdade, os donos da

¹⁹ Se refere a um armazém, que antes de ser morada dos Capitães da Areia, era um depósito.

cidade, os que a conheciam totalmente, os que totalmente amavam, os seus poetas” (Amado, 2008, p. 29).

O livro é dividido em três partes: “Sob à lua num velho trapiche abandonado”, “Noite da grande paz, da grande paz dos teus olhos” e “Canção da Bahia, canção da liberdade”. A primeira apresenta o cenário e os personagens centrais que acompanham Pedro Bala. Pirulito, o religioso; Gato, o conquistador; Sem-Pernas, o espião; Volta-Seca, que se dizia afilhado de Lampião; João Grande, o corajoso e o Professor, que encontrava conforto nos livros. Esses são alguns dos nomes mais importantes dos Capitães da Areia.

Na segunda parte, se desenrolam os acontecimentos que levam Dora e o seu irmão mais novo ao grupo. “Andava com eles pelas ruas, igual a um dos Capitães da Areia. Já não achava a cidade inimiga” (Amado, 2008, p. 189). A sua incorporação ao bando resulta em seu romance com Pedro Bala. A parte final do livro, “Canção da Bahia, canção da liberdade”, apresenta o desfecho e o caminho que cada um deles percorre.

Mesmo forçados a viver como adultos para garantir a sobrevivência, sem amparo de nenhuma política social, Jorge Amado relembra ao leitor que no romance se trata apenas de crianças:

Esqueceram tudo e foram iguais a todas as crianças, cavalgando os ginetes do carrossel, girando com luzes. As estrelas brilhavam, brilhava a lua cheia. Mas, mais que tudo, brilhavam na noite da Bahia as luzes azuis, verdes, amarelas, roxas, vermelhas do Grande Carrossel Japonês (Amado, 2008, p. 82).

A liberdade das ruas experienciada por esses meninos, poderia à primeira vista parecer uma grande aventura, mas durante a narrativa, Jorge Amado sempre leva o leitor, diante da história de cada um deles, a observar a falta que os protagonistas sentem de um lar. “E achava que a alegria daquela liberdade era pouco para a desgraça daquela vida” (Amado, 2008, p. 46).

Em determinado momento da história, Pedro Bala é detido pela polícia baiana e levado a um reformatório da cidade. Nesse ambiente, Pedro Bala sofre as mais diversas violências. Os socos recebidos em seu corpo fazem seu coração endurecer e clamar por vingança. O romance pode ser analisado sob viés de Rizzini (2011) ao discorrer sobre a posição de crianças pobres na sociedade brasileira:

O foco principal dessa história é a infância pobre — crianças e adolescentes que permaneceram à margem da sociedade. Aqueles que não se enquadraram, fornecendo à sociedade, “homens de

bem”, afinados com a ética capitalista do trabalho. Em nossa história, a eles se reservou a piedade e a solidariedade de uns; a indiferença, a hipocrisia ou a crueldade de outros (Rizzini, 2011, p. 15-16).

Na história da sociedade brasileira, é possível observar certas diferenças no tratamento às crianças ricas, e às crianças pobres, principalmente as não brancas. As últimas, sempre ocuparam um lugar de invisibilidade social, como os protagonistas de Capitães de Areia. O termo “menor”, sempre esteve atribuído à crianças e/ou adolescentes que não se enquadram nos padrões da sociedade capitalista. O livro retrata o cotidiano de crianças e adolescentes vivendo em situações de extrema violação de direitos. Espaço onde eram vistos por muitos, mas mantinham-se na invisibilidade do poder público.

O romance também aborda, mesmo em um meio fictício, uma tentativa de resposta do Estado para a expressão da “Questão Social” que vigora todo o livro: a completa ausência de garantia de direitos pelas crianças e adolescentes que utilizam a rua como moradia na capital baiana. Quando, após a tentativa de um furto, Pedro Bala, Dora, João Grande, Sem-pernas e Gato são presos pela polícia local, João Grande, Sem-pernas e Gato conseguem fugir, mas restam Dora e Pedro, a única menina que compõe o grupo é destinada a um orfanato e o líder do Capitães de Areia para um reformatório, externalizando o mecanismo de controle social de crianças e adolescentes utilizado pelo Estado.

Segundo Rizzini (2011), a sociedade brasileira sempre lançou mão de mecanismos repressivos e de controle social para tratar as crianças e/ou adolescentes. Desde o período de colonização do país, tal ação era realizada pelos jesuítas, onde os mesmos tinham o objetivo de catequizar as crianças indígenas, a base da imposição violenta de valores sociais e culturais europeus.

Para alcançar essa finalidade, desenvolveu-se, no interior das reduções jesuítas, um complexo e bem estruturado sistema educacional, cuja missão era submeter a infância ameríndia a uma intervenção, moldando-a de acordo com os padrões de seus tutores. Convém lembrar, a propósito, que a resistência à catequese era capitulada na lei portuguesa como motivo suficiente para o uso da força, mediante declaração de “guerra justa”. (Rizzini, 2011, pág. 18)

O contexto da prisão dos meninos é retratado através da comemoração da sociedade baiana, com reportagens em jornais locais. O livro, próximo de completar seus cem anos, permanece sendo uma leitura atual. É possível afirmar que se obteve certos avanços no tratamento a crianças e adolescentes. Sem dúvidas, a

promulgação do ECA marca um grande passo que precisa ser garantido. Com o avanço de ideias neoliberais e políticas conservadoras, que resultam na precarização dos serviços públicos, crianças e adolescentes vivem à margem de uma assistência social, educação, saúde e segurança pública sucateada, os quais, ainda os tratam através de ações punitivistas.

2.3 A INFÂNCIA EM “VIDAS SECAS” DE GRACILIANO RAMOS

Como podiam os homens guardar tantas palavras? Era impossível, ninguém conservaria tão grande soma de conhecimentos. Livres dos nomes, as coisas ficavam distantes, misteriosas.

Graciliano Ramos

“Vida Secas” publicado em 1938 após a experiência de prisão de Graciliano Ramos, período em que o próprio escritor afirmou ter sido crucial para a elaboração do romance, já que na cadeia, Ramos teve contato mais próximo com a realidade nua e crua dos sertanejos. Como foi exposto no capítulo anterior, Graciliano é um escritor nordestino, oriundo de família de classe média, mesmo reconhecendo as dificuldades vivenciadas por um povo que vivia desprotegido socialmente, o escritor afirmou que, “Apesar de sertanejo, achava-me incapaz de fazer isso, e antes de viver com esses homens na cadeia, dormindo nas esteiras podres e dividindo fraternalmente os percevejos, não me arriscara a aceitar o conselho” (Ramos, 1955, p.128).

Sem dúvida, o capital não tem pátria, e é esta uma das suas vantagens universais que o fazem tão ativo e irradiante. Mas o trabalho que ele explora tem mãe, tem pai, tem mulher e filhos, tem língua e costumes, tem música e religião. Tem uma fisionomia humana que dura enquanto pode. E como pode, já que a sua situação de raiz é sempre a de falta e dependência. Graciliano Ramos vê o migrante nordestino sob as espécies da necessidade. É a narração, que se quer objetiva, da modéstia dos meios de vida registrada na modéstia da vida simbólica (Bosi, 2003, p. 19).

O livro é narrado em terceira pessoa e os seus contos, por não apresentar uma linearidade temporal, são independentes, mas que juntos formam um quadro do cotidiano dos personagens. O romance conta a história de uma família de sertanejos, composta pelo pai Fabiano, sua esposa Sinha Vitória, o filho mais velho, o filho mais novo e a cachorra Baleia. O enredo possui a fome e a seca como elemento de centralidade.

Surtos agudos de fome que surgem com as secas, intercaladas ciclicamente com os períodos de relativa abundância que caracterizam a vida do sertanejo nas épocas de normalidade. [...] São epidemias de fome global quantitativa e qualitativa, alcançando com incrível violência os limites extremos da desnutrição e da inanição aguda e atingindo indistintamente a todos, ricos e pobres, fazendeiros abastados e trabalhadores do eito, homens, mulheres e crianças, todos açotados de maneira impiedosa pelo terrível flagelo das secas (CASTRO, 1984, n.p).

Apesar das dificuldades vivenciadas pela família como um todo estar em primeiro plano, a infância dos filhos de Fabiano e Sinha Vitória não passa despercebida na escrita de Ramos. As crianças sem nomes, identificadas apenas como “o menino mais velho” e o “menino mais novo” sofrem também com a angústia pela espera da chuva. A seca varre para longe a esperança e a identidade dos dois meninos. O fato de não possuírem nomes denota as crianças serem vistas apenas como objetos do meio em que vivem.

Nesta vivência interior do personagem de Fabiano, o leitor acompanha, na verdade, os passos ou as gradações de um momento de sua humanização. Este profundo intrincamento entre o externo e o interno nos personagens talvez seja um dos motivos pelos quais tanto se comentou a respeito da importância que o meio exerce sobre os personagens de *Vidas Secas* (CORRÊA et al., 2019, p. 137).

No capítulo intitulado “Mudança”, se acompanha o longo trajeto de migração da família pela caatinga levando o pouco que possuíam: “os juazeiros aproximaram-se, recuaram-se e sumiram-se” (Ramos, 2024, p. 20), tamanha era a distância do percurso que percorreram. Não demorou muito para que um dos meninos se negasse a continuar devido ao cansaço.

O pirralho não se mexeu, e Fabiano desejou matá-lo. Tinha o coração grosso, queria responsabilizar alguém pela sua desgraça. A seca aparecia-lhe como um fato necessário - e a obstinação da criança irritava-o. Certamente esse obstáculo miúdo não era culpado, mas dificultava a marcha, e o vaqueiro precisava chegar, não sabia onde (Ramos, 2024, p. 20).

Por um momento, Fabiano pensa em abandonar o menino mais velho. “Aí a cólera desapareceu e Fabiano teve pena. Impossível abandonar o anjinho aos bichos do mato” (Ramos, 2024, p. 22). Ele coloca o garoto sob suas costas com os braços dependo da parte de trás do pescoço e a viagem prossegue até chegarem a uma fazenda.

Naquele novo lugar, eles sonham com novas possibilidades diante da chuva que se aproximava, Fabiano sendo vaqueiro, as crianças felizes e alimentadas, Sinha Vitória vestida com saias bonitas e o cenário ganhando o tão esperado verde. Mas as injustiças sempre os cercam.

A lua crescia, a sombra leitosa crescia, as estrelas foram esmorecendo naquela brancura que enchia a noite. Uma, duas, três, agora havia poucas estrelas no céu. Ali perto a nuvem escurecia o morro. A fazenda renasceria - e ele, Fabiano, seria o vaqueiro, para bem dizer seria dono daquele mundo (Ramos, 2024, p. 33).

Apesar dos sonhos e promessas de uma nova vida, a escassez estava sempre à espreita. Antes da publicação de “Vidas Secas”, em 1932 acontece uma estiagem severa no Nordeste, como pontua Josué de Castro:

Sem recursos de nenhuma espécie, atravessando zonas de penúria absoluta, gastando na áspera caminhada o resto de suas energias comburidas, os retirantes acentuam no seu êxodo as conseqüências funestas desta fome. Vê-los é ver, em todas as suas pungentes manifestações, o drama fisiológico da inanição. Nas descrições que nos legaram os cronistas e os médicos, testemunhas oculares principalmente das secas de excepcionais proporções, como as de 1744, de 1790, de 1877, de 1846, de 1915 e de 1932, encontram-se instantâneos destes retirantes em todos os graus e formas da penúria orgânica, caindo de fome à beira das estradas (CASTRO, 1984, n.p).

Mas não se trata apenas do que é objetivo, mas a subjetividade dessa família também é construída a partir dessas privações. “Fabiano também não sabia falar. Às vezes largava nomes arrevesados, por embromação. Via perfeitamente que tudo era besteira. Não podia arrumar o que tinha no interior. Se pudesse... Ah!” (Ramos, 2024, p. 67).

A dificuldade de comunicação abria um abismo entre eles e o restante do mundo. As crianças curiosas, como faz parte da idade, os questionavam e isso apenas frustrava Sinha Vitória e a Fabiano. A curiosidade e a vontade de aprender aparece algumas vezes no livro como um problema que é afastado sempre que emerge, como se qualquer conhecimento adquirido pelos meninos pudesse de

alguma forma os afastar ainda mais e desafiasse a autoridade dos adultos. A respeito disso, Bosi (2003, p. 27) afirma que Fabiano e Sinhá Vitória, encurralados entre o filho e as limitações de sua própria inconsciência, respondem com um silêncio esquivo. Porém, quando a insistência se torna incômoda, acabam extravasando sua frustração por meio da agressão física. Para a criança sertaneja, continua Bosi, o processo de socialização é marcado pelo sofrimento, seja ao tentar reproduzir comportamentos, seja ao buscar respostas para suas perguntas

Agora queria entender-se com sinha Vitória a respeito da educação dos pequenos. Certamente ela não era culpada. Entregue aos arranjos da casa, regando os craveiros e as panelas de losna, descendo ao bebedouro com o pote vazio e regressando com o pote cheio, deixava os filhos soltos no barreiro, enlameados como porcos. E eles estavam perguntadores, insuportáveis. Fabiano dava-se bem com a ignorância. Tinha o direito de saber? Tinha? Não tinha (Ramos, 224, p. 43).

A infância é apresentada então em um cenário de adversidades, onde a pobreza e a escassez de oportunidades exercem forças maiores, o seu desenvolvimento é alicerçado por uma sociedade desigual e um ambiente opressor, que a reduz a mero instrumento de trabalho ou objeto destinado a atender às necessidades dos adultos. Como se a importância dos dois meninos estivessem apenas no futuro e não ao que eram naquele exato momento. Esse retrato ilustra como, naquele período, a infância era frequentemente desconsiderada e uma fase desvalorizada, muitas vezes vista apenas como algo sem importância.

A história de Fabiano pode ser comparada a uma teia de aranha, na qual ele e sua família estão sempre no centro, enredados, sem saída, presos como vítimas de uma aranha implacável [...] Por fim, as personagens se enroscam na teia da comunicação, porque não são capazes de expressar e externar seus pensamentos e suas vontades em face daqueles que as rodeiam. Dessa maneira, eles acabam sempre prejudicados e são ludibriados por aqueles que dominam a arte de se expressar verbalmente pela fala (Botoso, 2013, p. 02).

Graciliano sugere, portanto, uma correspondência entre a oscilação do clima no sertão e a dualidade emocional de seus personagens. Ou há chuva, ou há seca. Ou o frio úmido do chamado “inverno”, ou o calor intenso e implacável. Cada uma dessas condições climáticas carrega consigo significados existenciais distintos, refletindo o estado de espírito e os desafios vividos no sertão (BOSI, 2003, p. 28).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável.

Antonio Candido

A literatura, assim como outras expressões artísticas, pode revelar como as crianças são percebidas em diferentes períodos históricos. As representações presentes nos livros “Capitães da Areia” e “Vidas Secas” norteiam a construção da ideia de infância e como crianças são vistas socialmente. Além disso, possibilita enxergar as potencialidades desses personagens, como sujeitos que pensam e concebem seus próprios ideais de justiça e injustiça. Por outro lado, a construção da imagem da criança e do adolescente como sujeitos de direitos foi resultado de um processo gradual.

É possível afirmar que apenas a partir do século XX a infância passou a ser reconhecida como uma fase crucial para o desenvolvimento físico e mental dos indivíduos. Embora houvesse, anteriormente, instrumentos que discutissem a infância, estes estavam frequentemente associados a um viés de responsabilização e moralização dessa etapa da vida. As legislações vigentes no período de publicação das obras analisadas refletiam uma perspectiva discriminatória em relação à infância, tanto no cenário urbano quanto no rural, especialmente no contexto da pobreza. Essas crianças, vistas como problema ou desajuste social, eram criminalizadas e equiparadas legalmente a pessoas adultas.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco no reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos na sociedade brasileira. Por meio desse instrumento, a sociedade, a família e o Estado passaram a ser responsabilizados pela proteção integral da infância.

Portanto, analisar a maneira como a infância é retratada a partir das obras “Capitães da Areia” e “Vidas Secas” colabora para a compreensão de como as crianças são vistas e interpretadas a partir do contexto que estão inseridas, já que a infância sempre é esse local de retorno. Contudo, apesar dos avanços mencionados na presente pesquisa e do fato que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) esteja em vigência há mais de 30 anos, nota-se que a violência contra crianças e adolescentes vigente nas obras ainda não desapareceu completamente.

REFERÊNCIAS

AMADO, J. *Capitães da Areia*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AMADO, Jorge. *Navegação de Cabotagem*: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

BOSI, A. Moderno e modernista na literatura brasileira. In: _____. *Céu, inferno*: Ensaios de crítica literária e ideologia. São Paulo: Ática, 1988.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 54. ed. São Paulo: Cultrix, 2022.

BROCA, Brito. Vidas secas: Uma palestra com Graciliano Ramos – O sertanejo da zona árida – O homem no seu habitat. In: LEBENSZTAYN, Ieda; SALLA, Thiago Mio (Org.). *Conversas – Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

CAMINHA, Pero Vaz de. Carta a el-rei Dom Manuel sobre o achamento do Brasil. 1500. Disponível em: <<https://www.portalabel.org.br/images/pdfs/carta-pero-vaz.pdf>>. Acesso em: 21 de fev. de 2025

CANDIDO, A. *Iniciação à literatura brasileira*. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2023.
_____. *Vários escritos*. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2023.

CALIXTO, C. F. *Jorge Amado e a identidade nacional: diálogos político-cultural*. Niterói, 2011. Disponível em <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1515.pdf>>. Acesso em: 10 de fev. 2025.

CASTRO, J. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CORRÊA, A. L. R; HESS, B. H; ROSA, D. S. (orgs). *Caderno de Literatura: Um percurso de formação em literatura na Educação do Campo*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *A era Vargas*. São Paulo: Moderna, 1997

FACÓ, Ruy. Graciliano Ramos, escritor do povo e militante do PC. In: LEBENSZTAYN, Ieda; SALLA, Thiago Mio (Org.). *Conversas – Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FILHO, L. A. A.. A ficção brasileira de 20 e o romance neorrealista português. *Revista de Letras*. Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Mota. Rio de Janeiro, 1975.

MELIM, J. I. Trajetória da proteção social brasileira à infância e à adolescência nos marcos das relações sociais capitalistas. *Serv. Soc. & Saúde*. Campinas, SP v. 11, n. 2 (14) p. 167 - 184. jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/sss.v11i2.8635161>>. Acesso em: 04 fev. 2025.

MENDES, J. . *A Infância esquecida: Uma análise da obra Capitães da Areia de Jorge Amado*. *Revista de Letras - Juçara*, v. 4, N. 1, p. 406–420,2020. Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/jucara/article/view/2268>. Acesso em: 24 fev. 2025.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa de Ficção*. 3. ed. Rio de Janeiro, José Olympio/INL, 1973.

RAMOS, G. *Vidas Secas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Antofágica, 2024.

RIZZINI, Irene. PILOTTI, Francisco. *A Arte de governar crianças : a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3. ed. — São Paulo : Cortez, 2011.